



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
PARFOR – PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARINUNE DOS ANJOS MELO

**A IMPORTANCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE
CASO NA EMEI IRMÃ DULCE**

**NOVO REPARTIMENTO-PA
2018**

MARINUNE DOS ANJOS MELO

**A IMPORTANCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE
CASO A SER REALIZADO NA E.M.E.I IRMÃ DULCE**

Trabalho Apresentado a Universidade Federal do
Pará- UFPA, para obtenção de Título de Graduado
em Pedagogia orientado pela Profª Esp. Thereza
de Fátima Bussioli.

**NOVO REPARTIMENTO-PA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D722i Dos Anjos Melo, Marinune
 A importância da família na educação infantil: Um estudo de caso na EMEI Irmã Dulce /
 Marinune Dos Anjos Melo. — 2018
 60 f. : il. color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Educação, Campus
Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2018.
Orientação: Prof. Thereza de Fátima Bussioli

1. Ensino infantil. 2. Pais. 3. Participação. I. Bussioli, Thereza de Fátima, *orient.* II. Título

CDD 372.21

**A IMPORTANCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE
CASO A SER REALIZADO NA EMEI IRMÃ DULCE**

DATA DA APROVAÇÃO: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA:

Profª Esp. Thereza de Fátima Bussioli
ORIENTADORA
Especialista em Psicopedagogia

Profa. Esp. Francilene de Menezes Silva
MEMBRO

Profa. Esp. Maria das Graças Santos Barros
MEMBRO

DEDICATÓRIA

À minha família e esposo que sempre me apoiaram em meus objetivos, sendo fundamentais em cada passo dado. Aos colegas de turma, professores, orientadores coordenadores e todos àqueles, que através da união, ajudaram para que esse projeto se concretizasse. Ao PARFOR (Programa de Formação de Professores) e à Universidade Federal do Pará, instituições que foram a base maior nessa fase da nossa formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, oportunidades, saúde e força de vontade. À minha família e esposo pelo apoio incondicional e constante ajuda nas tarefas e missões, suporte nos momentos de dificuldade e incentivo para continuar lutando pela realização deste sonho. À minha orientadora, Profa. Thereza de Fátima Bussioli, por todo o tempo e atenção disponibilizados na realização deste trabalho. À coordenadora local, Cleide Betânia Teles, pelo empenho na organização das atividades do nosso curso. Aos professores, colegas e todos aqueles que ajudaram durante o período da nossa formação.

“Por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa.”

Emília Ferreiro

RESUMO

Objetiva-se a partir deste trabalho abordar sobre a importância da Integração Escola-Família no Processo ensino aprendizagem visando buscar uma educação de qualidade, pois é em seu lar que a criança experimenta o primeiro contato social de sua vida, convivendo com sua família e os entes queridos, também pode se observar que com a presença da família no contexto escolar, poderá ajudar no processo de aprendizagem da criança. Tendo como principais objetivos, compreender como se dá a participação da família no aprendizado escolar da criança, verificar a participação da família na vida escolar das crianças; identificar de que forma as famílias participam da vida escolar das crianças; investigando se no Projeto Político Pedagógico da escola há preocupação da relação com a Família Haja vista que a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais. É notório que para se ter uma boa prática é necessária que o professor mantenha sempre atualizado, pesquisando, estudando, pois os alunos precisam de soluções para os problemas dos ensinos atuais, no período de realização do estágio foram momentos, ricos e importantes vivenciados em um contexto na sala de aula, fazendo uma relação dialética entre a teoria e a prática. Também durante a construção deste trabalho na pesquisa de campo, foram desenvolvidas atividades dinâmicas e prazerosas, estimulado os pais a participarem mais no processo de ensino e aprendizagem através de atividades lúdicas, proporcionando aos pais diversas estratégias educativas, algumas vezes desafiadoras, visando compreenderem melhor cada um, respeitando os limites

Palavras Chave: Escola-Família, ensino aprendizagem, contato social

ABSTRACT

The objective of this work is to discuss the importance of School-Family Integration in the process of teaching learning in order to achieve a quality education, since it is in the home that the child experiences the first social contact of his life, living with his family and loved ones, it can also be observed that with the presence of the family in the school context, it can help in the learning process of the child. Having as main objectives, to understand how the participation of the family occurs in the school learning of the child, verifying the participation of the family in the school life of the children; identifying how families participate in children's school life; investigating whether in the School's Political Pedagogical Project there is concern about the relationship with the Family. Considering that the family constitutes the dynamic unity of affective, social and cognitive relations that are immersed in the material conditions. It is well known that in order to have a good practice it is necessary for the teacher to keep up-to-date, researching and studying, since students need solutions to the problems of their current teaching, during the stage of the internship they were moments rich and important lived in a context in the classroom, making a dialectical relationship between theory and practice. Also during the construction of this work in field research, dynamic and pleasurable activities were developed, encouraging parents to participate more in the teaching and learning process through play activities, providing parents with various educational strategies, sometimes challenging, in order to understand better each, respecting the limits.

Keywords: School-Family, teaching learning, social contact

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CAPITULO I	12
2.1	O QUE É FAMILIA	12
2.2	FORMAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FAMILIAR	16
2.3	AS TRANSFORMAÇÕES DA FAMILIA NA ATUALIDADE	19
3	CAPITULO II	25
3.,1	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	25
3.2	EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	29
4	CAPITULO III	34
4.1	UNIÃO FAMÍLIA E ESCOLA	34
4.2	ESPAÇO ESCOLAR	36
4.3	IMPORTÂNCIA DA FAMILIA NA ESCOLA	39
5	CAPÍTULO IV	44
5.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
5.2	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE PESQUISADO	44
5.3	PÚBLICO ALVO	45
5.4	ANALISE E DISCURSÃO DOS DADOS	47
5.6	PROFESSORES	51
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
7	REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

A educação infantil começa desde o nascimento, muito antes de a criança entrar na escola, enquanto cresce e se desenvolve em todos os domínios (físico, cognitivo e sócio emocional), ela aprende nos contextos de seus relacionamentos afetivos (WEIL, 1984, p.47). Especialmente na primeira infância, a aprendizagem é fortemente influenciada por todo o meio onde a criança se encontra e com o qual interage, tendo os pais como primeiro professores e modelos. Os pais desempenham um papel crítico na construção da relação escola-casa, enquanto incutem na sua criança atitudes e valores positivos para a aprendizagem e a vida. Pai engajado na educação de seus filhos é, portanto, crucial para o desenvolvimento holístico de uma criança.

Segundo Andrade (1998, p.64) “a maior parte da aprendizagem da vida de uma criança começa na primeira infância. Este é o período em que o cérebro cresce notavelmente e a base do desenvolvimento e aprendizado da criança é colocado”. As crianças precisam desenvolver um sentido positivo de si mesmos em relação para seus pares, família e comunidade. Portanto, é importante que a escola articule e provoque o envolvimento ativo dos pais no ambiente escolar.

Envolver os pais na aprendizagem de seus filhos oferece muitas oportunidades de sucesso, não só melhora a realização acadêmica em todas as áreas, mas promove um melhor comportamento e ajuste social.

Esperando compreender como se dá a participação da família no aprendizado escolar da criança, especificamente na escola EMEI Irmã Dulce, será feita uma análise criteriosa de como ocorre o envolvimento das famílias no cotidiano escolar, das ações previstas no Projeto Político da Escola, avaliando os efeitos positivos do envolvimento dos pais, famílias e escola.

A pesquisa possui aspectos teóricos, metodológicos e práticos, transpondo o reducionismo do empirismo. A realidade é interpretada a partir de um embasamento teórico, sem a pretensão de desvendar integralmente o real e possui um caminho metodológico a percorrer com instrumentos cientificamente apropriados (José Filho, 2006, p.65). Assim sendo, esse estudo envolveu um levantamento bibliográfico que perpassou toda elaboração deste trabalho, com propósito de compreender para explicar a realidade estuda. Nesse sentido, foram utilizados diversos autores da educação, na busca de conhecer a estrutura da relação escola família. A pesquisa foi realizada na EMEI Irmã Dulce, escola da Rede Municipal do Município de Novo

Repartimento, interior do Pará. A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada, tal pesquisa contou com uma amostra, intencionalmente constituída pela pesquisadora. A partir da amostra, foram definidos dois sujeitos, no universo de estudo, são os seguintes: professores que trabalham com educação infantil na escola e pais de crianças matriculadas e frequentando regularmente as turmas de educação infantil.

O referido trabalho monográfico está dividido em quatro capítulos. Em termos de organização, o primeiro capítulo abordará o conceito de família e seu desenvolvimento histórico social. O segundo capítulo traça um perfil da educação infantil brasileira de forma sucinta. O terceiro capítulo faz uma exposição acerca da relevância da relação família escola como boas práticas educativas. O quarto capítulo discute a realidade, enfocando a análise e discussão dos resultados obtidos a partir da pesquisa de campo. Nas considerações finais enfatiza-se a importância atribuída à relação existente entre a escola e família para o processo de ensino e aprendizagem.

CAPITULO I

1. O QUE É FAMILIA

A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, local para o exercício da cidadania, possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando. Sua dinâmica é própria, afetada tanto pelo desenvolvimento de seu ciclo vital, como pelas políticas econômicas e sociais (Carter & Mc Goldrick, 1995; Ferrari & Kaloustian, 2004).

De acordo com o Dicionário o significado de Família, refere se ao substantivo feminino Grupo de pessoas que possuem relação de parentesco e habitam o mesmo lugar: meu pai e minha mãe são a minha família. ... [Figurado] Grupo de indivíduos que se encontram ligados por hábitos, costumes, comportamentos ou interesses oriundos de um mesmo local: uma família tradicional

Sendo que ela é um dos principais contextos de socialização dos indivíduos e, portanto, possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano, que por sua vez é um processo em constante transformação, sendo multideterminado por fatores do próprio indivíduo e por aspectos mais amplos do contexto social no qual estão inseridos (Dessen & Braz, 2005).

Porém, com o decorrer dos anos, a concepção de família foi se alterando e o sistema familiar mudou à medida que a sociedade mudou, e todos os seus membros foram afetados por pressões internas e externas, onde antigamente não se imaginava separação e divórcio entre o casal, bem como a formação de uma nova família por estas pessoas, e a família era vista como inabalável e única, com pais e filhos.

O adjetivo “bíblico”, no referido tema, subentende que nem todo conceito de família é segundo a Palavra de Deus. O conceito de família pode ser definido entre “o bíblico” e “os outros”, ou, mais precisamente, entre o conceito *bíblico* e o *não-bíblico*.

O conceito de família de nossa sociedade pós-moderna caminha na contramão do ensinamento bíblico. Segundo a Bíblia, uma família é formada de pai,

mãe e filhos. A família é uma instituição divina, isto é, algo idealizado e criado pelo próprio Deus.

Foi observado que com o passar dos anos esta visão de família já não existe mais, pois o conceito de família sofreu algumas alterações, principalmente nos últimos cinquenta anos, onde não existem mais um só tipo de família e sim vários tipos, com diferentes formas, pois a história do núcleo familiar brasileiro mostra que o mesmo sofreu muitas transformações importantes no contexto sócio-político-econômico do país - casamentos que visavam apenas interesses econômicos e aqueles em que as mulheres eram vistas apenas como reprodutoras deixaram de existir.

De acordo com Içami Tiba 2009. A família, formada por pai, mãe e filhos ou seus equivalentes, é o agrupamento humano afetivo social econômico mais bem-sucedido e sustentável que já existiu em toda humanidade. Existe e provavelmente existirá enquanto houver seres humanos. Entretanto, ela também pode ser parcialmente responsabilizada por uma série de sofrimentos e desgraças pessoais, familiares, profissionais e sociais que acompanhamos atualmente.

Assim sendo várias mudanças que aconteceram, interferiram na dinâmica da estrutura familiar, causando assim mudanças em seu padrão tradicional de organização, onde a família brasileira sofreu grande alteração na sua composição e estrutura nas décadas de 60, 70 e 80, quando a Ditadura Militar dilacerou a família e a principal norma era quebrar as regras impostas pelos militares, e muitas coisas foram conquistadas neste período, porém houve uma mudança de comportamento e inversão de valores. (Dessen & Braz, 2005).

Notando que o que era regra familiar tornou-se retrógrado, e alguns limites que antes existiam dentro da família, hoje, com o avanço da tecnologia e o acúmulo de atividades exercidas pelos pais, fazem com que os filhos fiquem sem tutelas e a mercê da troca de atenção por objetos e dinheiro, onde hoje as famílias nem sempre são compostas por pai, mãe e filhos, a mulher, depois de adquirir seu espaço no mercado de trabalho, passou a ser mais independente e com isso as separações vieram à tona e elas passaram a desempenhar o papel de chefe de família e a trabalhar muito mais, ficando abalada a questão do afeto e educação que antes desempenhado por ela.

Observando que a partir deste contexto as crianças passaram a ficar mais tempo com pessoas que não são necessariamente integrantes da sua família e isto

vem causando uma perda de identidade das mesmas, e a adoção se tornou mais frequente bem como a união homossexual e com isso o conceito de família teve que ser reelaborado e os métodos de interferências escolares também.

Analisando o ambiente escolar nos dias atuais parece estar cada vez mais longe da realidade educacional e com sérios problemas de aprendizagem, pois a família não acompanha a realidade da criança no meio educacional como se deve e a partir daí a escola passa a assumir funções educativas que historicamente pertenciam aos pais.

De acordo com o que expõe a constituição federal o Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Percebendo assim que elas não são problemas e sim novos contextos que quando entendidos e explorados podem se transformar em pontos positivos para esta parceria escola / família, e atualmente a educação dos filhos é um desafio de bases culturais, onde os pais são restringidos emocionalmente e com isso as crises familiares são inevitáveis e muitas vezes constantes, de modo que algumas atitudes errôneas dos pais quanto à postura a ser tomada frente à educação dos seus filhos somadas ao medo de serem taxados de antiquados levam muitos a abrirem mãos da sua autoridade e deixarem que seus filhos tracem seus próprios destinos.

Observando que a família deve saber sempre que é na educação dos filhos, o grande desafio é aprender a focar nos problemas, sem agredir a essência da criança, equilibrando tomada de decisões e firmeza, assim como comportamentos indevidos devem ser corrigidos, porém as emoções não podem ser anuladas, a fim de equilibrar afeto e limite parece ser um dos desafios mais difíceis de ser alcançado, de modo que o comportamento e a postura da família quanto ao afeto e limite tragam consequências muito importantes na educação e formação do caráter dos filhos.

Segundo Içami Tiba 1996, psiquiatra e psicodramatista, fala sobre a importância de se educar uma criança para a vida, de deixar nesta a marca da educação recebida no berço familiar:

A maior segurança para os navios pode estar no porto, mas eles foram construídos pra singrar os mares. Por maior segurança, sentimento de preservação e de manutenção que possam sentir junto aos pais, os filhos nasceram para singrar os mares da vida, onde vão encontrar aventuras e riscos, terras, culturas e pessoas diferentes. Para lá levarão seus

conhecimentos e de lá trarão novidades e outros costumes, ou, se gostarem dali, poderão permanecer, porque levam dentro de si um pouco dos pais e de seu país.

Diante desta realidade se vê que a educação no contexto familiar é tão importante e fundamental na formação da conduta, e no comportamento do indivíduo, e esta educação é a que marca e permanece com a criança durante toda a sua caminhada até a vida adulta, já a escola é um ambiente no qual a família não está presente diariamente e nela o aluno apresenta os costumes e hábitos vivenciados e aprendidos dentro da sua casa. Com isso, o acompanhamento e a relação desta família são indispensáveis para que o aluno se insira no ambiente escolar sem problemas de comportamento.

Segundo Tiba (1996, p.180) “[...] percebo que as crianças têm dificuldade de estabelecer limites claros entre a família e a escola, principalmente quando os próprios pais delegam à escola a educação dos filhos [...]”. Faz-se necessário observar que com toda esta dificuldade na educação destas crianças, atualmente a família está terceirizando a educação destes pequenos, deixando para a escola / professora a responsabilidade de educá-los por completo, a família e a escola têm um papel muito importante no desenvolvimento mental, biopsissocial, do ser humano, onde a criança recebe uma boa educação obviamente será bem sucedida e vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando adulto.

A educação familiar é um fator de extrema importância na construção da personalidade da criança, pois desenvolve a sua criticidade, ética e cidadania refletindo de maneira indireta na comunidade escolar.

Observando o comportamento de uma criança, por exemplo, que não consegue, em sala de aula, ficar parada em momento nenhum, mostrando-se sempre nervosa, brigona, agressiva com os colegas, sempre mal arrumada, cadernos rasgados, pode ser que uma das causas para tudo isso seja um relação conflituosa com a família ou a relação, também conflituosa, entre os pais, os quais brigam o tempo todo na frente dos filhos e acabam descontando na criança, com desprezo ou indiferença, com agressões físicas ou verbais.

Por isso é inaceitável que os pais atribuam à escola a primeira educação de seus filhos, conforme diz Tiba (1996): [...] Para a escola, os alunos são apenas transeuntes psicopedagógicos, e passam por um período pedagógico e, com

certeza, um dia vão embora, mas, família não se escolhe e não há como mudar de sangue e as escolas mudam, mas os pais são eternos [...].

2.1 FORMAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FAMILIAR

Observando a realidade atual nota-se que no Brasil, as regras estabelecidas que regem as uniões matrimoniais, estão contidas no Código Civil Brasileiro, regras estas, que envolvem temas referentes aos papéis atribuídos ao marido e a mulher na sociedade, como: sistema de filiação, adoção, herança, parentesco, regime no qual o casamento está baseado, ou seja, comunhão parcial ou universal de bens e até separação de bens, e além das proibições, como o casamento entre parentes ou quando os cônjuges forem menores de idade, e neste caso só sendo permitido o enlace com a autorização e a emancipação dos pais ou responsáveis.

Assim sendo, em nossa sociedade, a qual foi alicerçada desde a sua colonização pelos preceitos dogmáticos de origem católica, a família-modelo e almejada, está relacionada a formação nuclear, onde cabia a esta família diversas funções, entre as quais, ser fonte de estabilidade econômica, base religiosa, moral, profissional e principalmente educacional.

No entanto, este ideal familiar e as leis contidas no Código Civil Brasileiro não garantem que na sociedade brasileira haja uma harmonia constante, idealizada e permanente, e no geral, o que vemos hoje na nossa sociedade é o contrário, pois principalmente nos tópicos onde a lei e as normas de Direito atingem a família, as mudanças vão se ajustando à medida que os costumes se modificam. (PRADO, 1988).

Foi visto que com o advento do divórcio, surgem também novos consensos em relação aos deveres e direitos dos pais em relação aos filhos e novas formações familiares surgiram e estão cada vez mais diversificadas, no entanto, estas novas formações não querem dizer que por serem diferentes as famílias são desestruturadas, pensar assim pode ser um grande engano, principalmente nos espaços escolares em que a diversidade aparece com maior frequência.

Contudo, se vê que nas novas configurações familiares, o objetivo principal é sempre o mesmo, ou seja, criar um espaço de amor e apoio ao desenvolvimento das crianças ali inseridas, lembrando que a diversidade, em muitos aspectos pode ser algo positivo. Portanto, “desde que a criança saiba qual o lugar dela dentro desse

novo núcleo familiar e sinta – se segura para solicitar o que precisa e o mais importante tenha a sua individualidade respeitada” (PIRES, 2009, p.12), a formação familiar específica e tradicional, deixa de ser o mais importante.

Hoje, encontramos casais que após o divórcio do primeiro casamento, se desmembram em novas famílias, ou seja, quando um casal que se divorcia tem filhos, e os pais com o passar do tempo formam novas famílias com pessoas, também divorciadas e com filhos e destas novas uniões nascem mais filhos, e então tem se os filhos do primeiro casamento, que passarão a conviver com os filhos do novo companheiro ou companheira do pai ou mãe e também os novos filhos que virão destas novas uniões.

De modo que a instituição família é tão importante na nossa sociedade, que a mesma é foco de atenção da Constituição Federativa do Brasil. De acordo com a Constituição de 1988, no seu capítulo VII, em seu Artigo 226 – “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. (BRASIL, 1988, p. 147), ou seja, o Estado deverá propiciar condições que facilitem o casamento civil de forma gratuita ou a conversão de união estáveis sem casamento, entendendo muitas vezes como entidade familiar, a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes. E também aquelas formadas por efeito de adoção ou inseminação artificial.

E baseados no Artigo 5º da mesma Constituição, temos garantido que todos são iguais perante a lei, sem distinção de quaisquer naturezas, e nesse aspecto, é importante considerar que na atualidade, encontramos alguns casos de famílias constituídas por homossexuais, as quais tiveram os seus direitos garantidos e foram reconhecidas como instituição familiar.

Sendo que, ainda em acordo com a Constituição promulgada em 1988, no seu Artigo 227,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração e opressão. (BRASIL, 1988, p.148).

Observamos que hoje não é mais considerada família apenas o grupo formado por pai, mãe e filhos, mas sim qualquer grupo de pessoas que se juntam e se agregam por afinidades e afeto. E que, no caso da presença de crianças e

adolescentes, o mais importante é ver que seus direitos são respeitados e existem amor e proteção nesta fase tão importante da vida.

Também foi observado que é cada vez maior o número de famílias em que a responsabilidade de direção da família está centrada na figura da mulher, mãe ou avó, e no entanto, embora o pai possa não fazer parte da convivência familiar, diariamente, é garantido por lei a divisão da responsabilidade na criação dos filhos, tanto na Constituição Federativa do Brasil, como no Estatuto da Criança e do Adolescente.

E mesmo que na maioria dos livros didáticos utilizados nas escolas, a formação de família seja a mais comum em suas ilustrações, cabe ao professor respeitar e dialogar com os seus alunos a respeito da importância familiar na vida de todos, independentes da sua formação e respeitadas as diversidades de famílias que encontramos na atualidade.

Percebe-se que é importante ser valorizado e respeitado junto à criança e sentir sempre que é parte de um grupo social, onde encontra-se apoio, carinho, amor e proteção. Segundo Knobel, “a família é um dos grupos primários e naturais de nossa sociedade, nos quais o ser humano vive e consegue se desenvolver”. (KNOBEL, 1996, p. 19). 22

Notando assim, que a importância da família na vida de todo ser humano, está ligada automaticamente ao bom desenvolvimento e ao indivíduo que futuramente também constituirá uma família alicerçado na sua própria experiência de vida. Nesse sentido:

Na interação familiar, o que é prévia e social (porém determinada pelo meio ambiente), que configura – se bem precocemente a personalidade, determinando – se aí as características sociais, éticas, morais e cívicas dos integrantes da comunidade adulta. (KNOBEL, 1996, p.19).

Enfim, a família e as relações estabelecidas dentro da mesma, em muito influenciará na vida adulta, e a presença desta família no desenvolvimento de uma criança é de suma importância, a qual pode fazer muita diferença desde a mais tenra idade, principalmente no período escolar.

2.2 AS TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA NA ATUALIDADE

Analisando a dificuldade de se estabelecer um conceito de família, na atualidade, reflete-se as mutações e as transformações nos modelos e formas de família tradicionalmente incorporadas no imaginário comum, cabendo então averiguar e investigar o modo de representar e os componentes que participam da construção de “ser família hoje” de acordo com as características típicas da organização social atual. Na visão de Durham (1982), as famílias são grupos sociais, estruturados por meio de relações de afinidade, descendência e consanguidade que se constituem como unidades de reprodução humana. A família tem dupla referência: de um lado representa grupos sociais concretos, reconhecidos pelos seus membros e pela sociedade, de outro lado, refere às regras, padrões, ou modelos culturais.

Mas como modelos, as instituições são mutáveis, suas construções são cheias de exceções que na maioria são tão numerosas quanto ao modelo de família vigente. Dentre esses modelos podemos citar alguns: grupo doméstico maior que a família nuclear (membros da família de um dos cônjuges, afilhados, serviçais.); famílias matrifocais (aquelas formadas basicamente por mãe e filho); novos arranjos familiares (formação de outras famílias casais separados).

Esses modelos de famílias contribuem para o da definição das formas de famílias vigentes. Mas como esse modelo foi implantado e como surgiu? E para entendermos tal modelo cultural e sua representação devemos resgatar no tempo e no espaço a formação da família brasileira, sem deixar de relacionar aos modos de produção e as relações de produção, contextualizando à forma de colonização e exploração econômica implantada no país.

Faz-se necessário analisar as formas políticas implantadas no processo de colonização produziram violento processo de descaracterização cultural e destruição das formas de sociabilidade que lhes eram próprias, e essas relações contribuíram para a formação da família cativa pela relação de dominação e escravização, como exemplo tem-se a sexualidade dos escravos que não formava unidades reprodutivas. A Igreja Católica que cumpria uma missão espiritual no processo colonial funcionou como agente ideológico do Estado, contribuindo para a degradação das formas familiares dos negros e indígenas, e impondo o modelo familiar português, baseado no patriarcalismo católico.

Esse modelo da cultura portuguesa foi implantado nas sociedades de classe dominante, cujos filhos eram legitimados e assegurados de herança e sucessão, que era um modelo relacionado ao estado conjugal, e dessa maneira, a relação entre cultura e economia fazia unir os preceitos religiosos e o cartório de registro civil. Para as mulheres de demais classes prevalece o concubinato, utilizadas como objetos sexuais, sem vínculos legalmente reconhecidos eximindo o homem da responsabilidade da prole.

Onde a escravização das mulheres contribuiu para fortalecer os padrões de dominação masculina e a representação da família tradicional era patriarcal-patrimonialista, gerada para ser grande em função da necessidade de trabalhadores, que reunia pai mãe filhos parentes agregados; com divisão sexual do trabalho na qual a esposa tinha papéis definidos conforme a representação de sua fragilidade para assuntos da razão, do poder e do trabalho.

Assim, a sua principal responsabilidade era o auto-cultivo da submissão com responsabilidade de cuidar da casa e das crianças, e as famílias rurais constituíam uma unidade de produção básica, sustentada pela agricultura de subsistência, com uma prole numerosa enquanto força de trabalho e controle pelo pai. Outro grave problema para a formação das famílias neste período refere-se às questões de legalizações das uniões, principalmente, para as classes pobres. O alto custo do procedimento, distanciamento até os cartórios e a posse de documentos, eram problemas centrais. Para Durham (1982, p. 32):

No Brasil, pode-se dizer que, o Estado agiu no sentido de restringir o acesso às formas legais de família aos setores mais privilegiados da população. De modo geral a constituição da sociedade brasileira: tenta fortalecer o vínculo familiar das classes dominantes e dificultar os das classes pobres. Mas tem em comum a dominação do homem sobre a mulher.

Tal como tem se evidenciado, as transformações sociais das famílias brasileiras estão relacionadas às transformações econômicas, políticas, culturais, onde a revolução industrial, a modernização, a urbanização e, principalmente, as mudanças nas relações de trabalho afetaram a instituição familiar e as formas de regulamentação da procriação, da família na escola, da família no trabalho, enfim, do “ser família”, e essas transformações ocorreram no tempo e no espaço de formas diversas, isso implicou nas várias formas ou modelos de famílias.

De modo que as várias formas de ocupação no país pelos migrantes, também contribuíram para mudanças na constituição e nos padrões culturais da população trabalhadora, e os migrantes (europeus) utilizaram sua cultura de origem como instrumento de ascensão social e de exploração de oportunidades novas abertas pela expansão econômica. A partir do senso capitalista, coube à família desenvolver uma espécie de minifábrica da riqueza contrapondo-se às famílias de sobrevivência ligada ao trabalho apenas.

Contudo, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil provocou um acelerado processo de urbanização alimentado por correntes intensas de migrações internas, migrações regionais e interregionais, e esse processo migratório proporciona, parcialmente, a fragmentação dos núcleos familiares de origem (dissoluções de vínculos matrimoniais legais ou de uniões consensuais anteriores), onde ao mesmo tempo, facultam para os adultos separados de suas famílias de origem, o estabelecimento de novos vínculos conjugais mais ou menos permanentes, mas, necessariamente, consensuais (elevado custo financeiro e complexidade burocrática).

Observando o que intenso processo migratório pode provocar, portanto, o aumento do número de famílias sem pai, como a dispersão da mulher e dos filhos por outras famílias de parentes, e assim, aumenta o número de famílias mais amplas que o simples grupo conjugal, além de ampliar o número de uniões consensuais nas zonas de maiores migrações. A transformação do mercado de trabalho com a industrialização, não parece ter afetado os padrões tradicionais de divisão sexual do trabalho nas famílias de baixa renda, mas o que decisivamente alterou é o acesso a técnicas de controle de natalidade e a separação da sexualidade e reprodução.

O desenvolvimento capitalista e da própria sociedade industrial, dessa maneira, afetam, diretamente, o modelo de família, promovendo a contestação das relações de dominação-subordinação entre homem e mulher, o controle da sexualidade feminina e, também, a própria forma do vínculo conjugal. Um conjunto de bandeiras levantadas, especialmente, no século XX, contra machismo, a favor do feminismo, contra o poder fálico, a favor do divórcio e outras que tiveram como pano de fundo atacar a família patriarcal.

Atualmente, o retrato da família é diferente, não mais corresponde a grandes famílias, e a imagem que temos hoje é de uma família pequena, formada pelo pai a mãe e dois filhos, pois a redução do número de filhos veio acompanhada do controle

da natalidade, agora estabelecido pela mulher, enquanto uma escolha própria, não como forma de reprodução, mas refletindo a política de emancipação da mulher.

Essa redução de filhos contribui para a formação de famílias pequenas, e com menos filhos, provavelmente, a próxima geração terá menos tios, sobrinhos, primos, reduzindo assim, a parentela e o seu sentido, pois convém interpretar que o custo econômico da família nas grandes cidades, o advento dos meios de evitar a concepção, as dificuldades de manter relações estáveis, ao incidirem sobre a taxa de fecundidade, diminuindo o tamanho da família, recria também a sua lógica cultural e a plataforma de seus poderes, por exemplo, na relação entre marido e esposa, pai e filho, filha e mãe, etc.

Percebe-se que todas essas mudanças qualitativas juntamente com o declínio da fecundidade refletem mudanças na estrutura demográfica de forma global. Já nas décadas de 1960 e 1970 surge uma nova perspectiva para a formação da família, centrada não mais apenas na limitação do número de filhos por mulher, por meio da disseminação do uso de métodos contraceptivos, mas como uma abordagem que incorpora saúde e direitos reprodutivos sexuais de forma integrada, de acordo com a corresponsabilidade e igualdade de direitos entre mulheres e homens. Para Caetano (2004, p. 12):

O direito de escolha sobre quantos filhos ter e quando tê-los, assim como o direito de acesso aos meios para a implementação desta escolha, passa a ser, desta forma, um, entre vários, dos componentes necessários para uma vida reprodutiva saudável e segura.

Observando as famílias na atualidade se vê que hoje a divisão entre os sexos é menos acentuada ou possui outros contornos, fenômeno que marca a ruptura do quadro tradicional de família, onde cuidar da casa e das crianças não é mais uma exclusividade feminina, e essas funções domésticas passam também a serem exercidas pelo pai, agora mais participativo e atuante no interior do lar, mais estudos recentes revelam outra característica da população que afeta de forma direta os modelos de família.

De acordo com as análises de Berquó e Cavenaghi (2004) revelam uma intensificação do rejuvenescimento da fecundidade no país, em alguns casos como o fenômeno gravidez de adolescentes, e segundo seus dados, há o registro de um aumento na ordem de 25% da fecundidade entre jovens e adolescentes, com diferenças substanciais segundo as camadas socioeconômicas, e o fenômeno da mãe solteira e do pai desertor, ao se colocar como realidade atual e envolver uma

série de conflitos, desafia o planejamento demográfico para rumos mais qualitativos, envolvendo quesitos como a construção do afeto, a luta contra a rejeição, a educação para jovens mães etc.

Assim sendo, a mobilidade dos membros da família também representa mudanças significativas no modelo familiar, e o deslocamento desses membros, seja por trabalho ou estudo, pode proporcionar a formação de outros arranjos familiares e o distanciamento do contato entre os membros da família, onde a disputa global pelo emprego e a construção igualmente global do desemprego, ao criar um espaço instável gera relações distantes entre os membros consanguíneos. E, à medida que isso tem ocorrido com mais frequência e com mais força, por certo, o controle familiar dos pais sobre os filhos enfraquece e junto o desconhecimento das trajetórias dos filhos, resvalando no modo como o afeto é constituído.

Observa-se, também, que isso pode criar um distanciamento do mundo simbólico dos pais relativo ao dos filhos, onde a família hoje passa por transformações sociais que trazem consigo a insegurança, a incerteza, representando relações conjugais menos estáveis, e o casamento nesta relação perde sua estabilidade. Conforme diz Medina (2002, p. 25), “o casamento passou a ter um papel social menos central e o companheirismo tornou-se corrente e aceito”.

Um fato positivo da separação, além da divisão do poder entre homem e mulher, é deslocar a união de um preceito moral para um preceito afetivo. Nasce aqui, no contexto das lutas políticas minoritárias, como é o caso do casamento de sujeitos de mesmo gênero, desenvolver outro fundamento para a família, não se baseando mais na consanguinidade, mas no afeto.

Por outro lado, as dificuldades de relação entre membros casados, expressam também a intromissão do mundo no seio familiar, desde a aceleração do tempo, a ação de novas máquinas de produção do desejo.

Na visão de Moreira (2002), lidar com a família hoje é lidar com a diversidade, que pode ser classificada em várias tipologias, como: famílias intactas (que ainda não sofreram processo de separação); famílias em processo de separação; famílias mono parentais; famílias reconstruídas; famílias constituídas por casais homossexuais; famílias constituídas com filhos adotivos; famílias constituídas por meio de novas técnicas de reprodução.

Vê-se que estes vários modelos ou relações familiares desencadeiam inúmeras situações, como: ter filhos antes de casar; separação do casal seguida de

mudanças dos filhos para a casa de parentes; filho morando com o pai ou com a mãe, este se casa novamente e tem outros filhos; uniões de casais separados com a presença dos filhos do casamento anterior; uniões de casais separados morando cada um com seus filhos em casas separadas.

Segundo Moreira (2002), torna-se difícil a clareza do conceito de família, quando o utilizamos e correlacionamos idealmente “família” com “casal e filhos”; etc.e, a realidade nos revela que a família contemporânea se desdobra numa multiplicidade de formas e numa complexidade de relações, principalmente, por considerar que não haveria como o seio familiar não revelar as características culturais da sociedade atual referentes aos costumes, hábitos e contradições sociais.

Contudo, essas novas formas de “ser família” produzem certos conflitos e até mesmo preconceito para os que não seguem o “modelo” aceitável. A história da família demonstra que ela sempre passou por múltiplas transições. Sendo assim, a família como instituição, como sistema humano em constante interação, seja afetiva ou consangüínea, revela a perplexidade social por meio de códigos que envolvem também o sentido da paternidade, da maternidade, do corpo, da saúde, etc.

Portanto, ao não existir um único tipo de família, um único modelo, as outras instituições como, por exemplo, as religiosas, as políticas ou as de ascendência cultural criam diferentes representações e significados de seu valor, de sua importância e de seus deveres.

CAPITULO II

2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sabe-se que a organização do trabalho no interior da instituição baseia-se em diferentes competências e responsabilidades entre os profissionais, quer sejam membro dirigente, educadores, quer sejam auxiliares e demais profissionais envolvidos, sendo o trabalho do educador desenrola-se em uma dinâmica que está vinculada a diferentes instâncias de organização inter e extra grupo, da instituição e da comunidade. A primeira referência fundamental está na articulação com a proposta de educação desenvolvida na instância mais ampla (Proposta Curricular da Rede Estadual de Educação); e, como esta é traduzida no âmbito da instituição de educação infantil, através do Plano Político Pedagógico.

Contudo, sabe-se que o educador precisa traduzir estas intenções em uma proposta de trabalho específica para as crianças com as quais vai trabalhar durante o ano. Se enquanto Proposta Curricular pontuamos a educação para as crianças de 0 a 5 anos a partir de uma concepção de infância, suas finalidades, seus pressupostos teórico-metodológicos fundamentados na perspectiva histórico-social de desenvolvimento humano, da relação pensamento e linguagem e da formação de conceitos, de outro lado precisamos ter como referência o grupo de crianças com que vamos trabalhar, considerando suas características e especificidades.

Tem-se o entendimento da concepção de infância suscita alguns questionamentos que se colocam nesta reflexão:

- Como se produz concretamente do ponto de vista da história o conceito de infância?

- Quais as relações sociais e históricas que constituíram e constituem a identidade da criança?

Assim sendo estas questões indicam o caráter histórico do fenômeno que queremos abordar, o qual inclui a superação de uma concepção de mundo fundamentada no pressuposto estático, linear e harmônico de que a criança é sempre a mesma em qualquer tempo e espaço.

Deve-se trabalhar a concepção de infância em uma perspectiva histórica demanda compreendê-la como fruto das relações sociais de produção que engendram as diversas formas de ver a criança e produzem a consciência da

particularidade infantil. Neste sentido, a concepção de infância varia de acordo com a cultura onde ela é concebida.

Para se entender o caráter histórico da construção do conceito de infância vamos nos reportar ao estudo minucioso da iconografia da Idade Média e início da Moderna, que nos remete para a compreensão do que hoje chamamos de sentimento da infância. Ariès (1981) demonstra que a concepção de desenvolvimento humano na Idade Média está relacionada com a ação que os humanos exerciam na sociedade. Os diferentes períodos vividos pelos indivíduos correspondiam não apenas à sua formação biológica (fato que tinha pouca expressão), mas também estavam relacionados às suas funções sociais.

A partir do século XVI, ao contrário do que valia para a civilização medieval, começa a se estabelecer a diferença entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos. No século XVII, mudanças consideráveis vêm contribuir de forma definitiva e imperativa para a concepção de infância atual. Definiu-se um novo lugar para a criança e para a família, fruto das novas relações sociais que se estabeleciam pela então sociedade capitalista.

Diante deste contexto é na sociedade burguesa que o homem é destituído de seus instrumentos de produção, passando a ter como forma de sobrevivência apenas a sua força de trabalho, a organização desse processo exigiu aumento de produção, incluindo a atuação da mulher e da criança no mercado de trabalho, essencialmente na fábrica.

A partir daí as novas necessidades são estabelecidas para a família da classe trabalhadora, quanto à tutela das crianças ainda não envolvidas com o trabalho. Dificuldade que será resolvida por instituições já existentes desde a Idade Média, conhecidas por asilos, caracterizadas por esta função de guarda e voltadas para suprir as necessidades básicas das crianças órfãs, abandonadas, pobres, das quais passam a fazer parte, também, os filhos das famílias trabalhadoras.

E, ao mesmo tempo em que a criança da família trabalhadora é envolvida na produção econômica, filósofos e educadores do final da Idade Média e início da Idade Moderna trazem novas contribuições ao que naquele momento se compreendia por infância. Estes estudiosos fundamentaram-se nas características da “natureza infantil”, que atribuía à criança aspectos de dualidade, ou seja, se por um lado a criança era dotada de capacidades inatas, de potencialidades naturais, de outro era ser incompleto e imaturo: precisaria ser modelado, ensinado e educado.

Em função disto, a criança deixa de conviver com os adultos e passa a ser mantida à distância, separada deles, num processo de enclausuramento denominado escola, onde tal fato vai caracterizar fortemente o século XVIII, evidenciando, desta forma, a existência de um mundo próprio e autônomo da infância.

Assim sendo, as instituições que faziam a guarda das crianças em asilos passam a receber a influência desse pensamento educacional, e a educação das crianças pobres, órfãs e filhos de trabalhadores começam a adotar os princípios de corrigir, compensar e recuperar sua condição de marginalidade social.

Pois em meados do século XIX a educação compensatória é considerada como solução para a privação cultural. Kramer (2000) assinala que este pensamento tem origem nas contribuições de Pestalozzi e Froebel, e num momento posterior é complementado por Montessori e Mc Millan, entre outros. A educação era vista como modo de superação da condição social de carência e deficiência, o que posteriormente veio caracterizar as propostas pedagógicas para a pré-escola.

A ideia de infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto ("de adulto") assim que ultrapassava o período de alta mortalidade infantil, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. (Kramer, 2000, p. 19)

O conceito de infância foi construído a partir das relações sociais estabelecidas e não em função de uma essência ou natureza da criança, porém, tanto o pensamento pedagógico de caráter tradicional quanto o da Pedagogia Nova desvinculam a ideia de infância dos fatores econômicos e sociais, concebendo a educação como um fenômeno metafísico, respaldada pela teoria evolucionista.

Sabe-se que no Brasil, o processo de desenvolvimento e urbanização vivido desde o final do século XIX caracterizou-se pela crescente industrialização, favorecendo a reprodução das condições sociais de miséria e pobreza, onde as propostas que vão ter importância nas políticas educacionais adotadas fundamentaram-se em programas de educação compensatória, baseados na teoria da privação cultural, e as dificuldades de aprendizagem são localizadas na criança ou em sua família encobrendo, mascarando e desconsiderando as diferenças sociais.

Segundo Kuhlmann Junior (1991), a história das instituições pré-escolares, creches, asilos e jardins de infância no Brasil não ocorreram apenas como uma sucessão de fatos em diferentes tempos: constituíram-se tendo como influência os diferentes momentos históricos vividos no país e a concepção assistencialista da infância, traduzida em propostas de educação. Neste sentido, as propostas para a criança de 0 a 3 anos, antes de 1930, apresentam três características básicas: a preocupação com os índices de mortalidade infantil, legislações abordando a criança abandonada e a religiosa voltada para o atendimento dos filhos de trabalhadoras domésticas como também para as criança advindas da roda dos expostos.

Para Kulmann Junior (1991) a concepção de “assistência científica” era o Estado sem obrigações, assumindo a função de supervisionar e subsidiar as entidades, propondo um método para a escolha das instituições que fariam o atendimento à população pobre; caracterizando a população que seria assistida, atribuindo-lhe um papel educativo, a fim de evitar o conflito entre as classes sociais. As instituições pré-escolares assistencialistas seguiam a proposta educacional que vinha ao encontro das diretrizes da assistência científica (praticada nas creches e asilos) tendo também como finalidade a submissão das famílias e das crianças das classes populares.

Contudo, a educação, nesta perspectiva, tinha uma prática intencional que visava ao atendimento da criança para sua adaptação na sociedade: era-lhe permitido desenvolver suas aptidões e ela era conduzida à entrada no ensino formal e à escolha de um ofício, e é na década de oitenta, mais precisamente com a Constituição Federal de 1988, que se estabelece um caráter diferenciado para a compreensão da infância, impondo-lhe uma dimensão de cidadania.

Pois a educação da criança de 0 a 5 anos, seja em creches ou pré-escolas, está vinculada necessariamente ao atendimento do cidadão-criança; a criança passa ser entendida como sujeito de direitos e em pleno desenvolvimento desde seu nascimento.

Neste sentido, o trabalho a ser realizado nas instituições de educação infantil vincula-se às peculiaridades do desenvolvimento humano específico desta faixa etária, na perspectiva de garantir os direitos fundamentais da criança, ou seja, direito à educação, saúde e assistência, para uma parcela da população que historicamente foi negligenciada.

Esta concepção de infância contrapõe-se à ideia ainda muito presente no senso comum de que a criança é uma espécie de brinquedo interessante, ou um ser incompleto que deve ser preparado para se tornar adulto. Ora, nem o adulto, nem o mundo da sociedade, da natureza ou da cultura são completos, sendo e estando em permanente vir a ser. A criança, nesta nova ótica, é vista como parte desta totalidade, que determina e é determinada por esta. Um ser humano em processo de humanização permanente, um cidadão com lugar definido na sociedade, um sujeito cognoscente desde que nasce. (Machado, 1992, p. 62)

É preciso, portanto, conhecer a criança com quem trabalhamos, entendendo-a como um ser social e histórico que apresenta diferença de procedência sócio econômico cultural, familiar, racial, de gênero, de faixa etária, entre outras, que necessitam ser conhecidas, respeitadas e valorizadas nas instituições de educação infantil.

Neste contexto, a educação de crianças de 0 a 5 anos de idade, seja feita em creche e pré-escola está vinculada ao atendimento do cidadão-criança. Cabe, portanto, às instituições que trabalham com as crianças menores de sete anos de idade um redimensionamento de suas funções visando a superação tanto de assistência-científica, quanto de seu caráter compensatório e de preparação para o ensino formal, ainda presentes no cenário nacional.

a. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Desde o início da colonização brasileira, também se iniciou o processo de educação para os povos que aqui habitavam. Na primeira comitiva que veio para o Brasil acompanhando o governador geral Tomé de Souza, estava o Padre Manoel da Nóbrega, principal responsável pela educação jesuítica no período (1549 a 1553) e pela companhia de Jesus que tinha como objetivo a “civilização e catequização” dos índios, que acontecia por meio da igreja católica. Foi ele quem apresentou a primeira política educacional voltada para a construção de “recolhimentos” para meninos indígenas, no qual lhes era imposta a doutrina cristã, os bons costumes e as primeiras letras.

Desde o século XVI e durante o XVII, o modelo de catequese dos índios alterava-se com o confinamento dos indígenas nas *reduções* ou *missões*, povoamentos com organização bem complexa, que incluía conversão religiosa, educação e trabalho. As que mais se destacaram foram as missões da Amazônia e, ao sul as da região do rio da prata. (FONSECA, 2011, p.82)

De qualquer forma sabe-se que os jesuítas conseguiram tornar essas missões auto-suficientes nos ensinamento aos índios não somente ensinando-os a ler e escrever, mas a se especializar em diversas artes e ofícios mecânicos, além é claro de submetê-los a conversão religiosa, com isso o ensinamento no Brasil, não apresentou diferença com relação aos séculos anteriores. Esse período durou 210 anos compreendidos entre 1549 quando teve iniciou o período jesuítico e finalizando em 1759, com a expulsão dos padres pelo marques de Pombal.

Ainda segundo Fonseca (2011)

O ensino Jesuítico manteve a escola conservadora, alheia a revolução intelectual representada pelo racionalismo cartesiano e pelo renascimento. Centrada no nível secundário, a educação visava a formação humanística, privilegiando o estudo do latim dos clássicos e da religião. Não fazia parte do currículo escolar as ciências físicas ou naturais bem como, as técnicas e as artes.

A educação interessava apenas a poucos elementos da classe dirigente e, ainda assim como ornamento e erudição. Era literária abstrata - além de dogmática -, afastada dos interesses materiais, utilitários, e ate estranha por tentar trazer o espírito europeu urbano para um ambiente agreste e rural.

Durante séculos o ensino sinalizava para a necessidade de uma organização voltada à formação física, moral e mental dos indivíduos; missão essa impossível para o âmbito doméstico. Esse modelo esteve a serviço, sobretudo durante o século XIX, da moldagem das elites intelectuais nacionais. A escola era profundamente diferente da família e, oferecia à formação das crianças e dos jovens a uma educação da qual nenhuma outra instituição poderia se ocupar. Os primórdios da República, na onda dos movimentos sociais, políticos e culturais que marcaram a época, impuseram a necessidade de modernizar a sociedade e colocar a Nação nos trilhos do crescimento, exigindo então outro modelo e uma maior abrangência da ação educacional. (FONSECA, 2011, p.82)

Desde os primórdios da história no Brasil, a educação serviu antes de qualquer coisa para atender as classes detentoras do poder, que habitavam nas cidades e que buscava a ascensão social, sem que houvesse a universalização do ensino, como era preconizado por educadores da época. Todavia, somente muito tempo depois é que por meio de inúmeras lutas de intelectuais e grupos sociais é que a educação passa a ser laica, obrigatória e com um calendário uniforme. A escola, como instituição, construiu-se aos poucos, à custa das pressões científicas e dos costumes característicos de uma vida mais urbana.

Deu-se assim, uma grande expansão da rede escolar, não somente em números de escola, mas na ampliação da escola elementar da rede secundaria e

superior, além da novidade da pré-escola. No ensino universitário ampliado e reformado foram criadas as escolas politécnicas para atender as necessidades decorrentes do avanço da tecnologia. Iniciado por Froebel surgiram os “Jardins de Infância”. O interesse pela educação estendeu-se nas escolas normais denominações genéricas dada aos cursos de preparação para o magistério. Segundo o professor Casemiro dos Reis Filho, em obra publicada em 1981 “Somente depois de realizações de estudos analíticos capazes de aprofundar conhecimentos da realidade educacional tal, como foi constituído é que poderá ser elaborada uma história da educação brasileira”. (FONSECA, 2011, p.83)

Mesmo assim, nas décadas de 1930 a 1940, com a implantação das universidades foram dando oportunidades para as pesquisas e elaboração de monografias e tese. Nesse sentido alguns estudos relatam que no período da ditadura militar foi doloroso para a educação brasileira com o fechamento de escolas experimentais o centro de pesquisas e a formação grupos com forte orientação ideológica que prepararam as leis das reformas do ensino superior.

Uma das consequências mais importantes da quebra da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida no ano de 1929, foi a impossibilidade do governo brasileiro de continuar sustentando a política econômica, adotada a partir de 1910, em relação ao café. Este fato, somado a uma série de outros descontentamentos, de que fora palco a nação brasileira durante o período de 1920 a 1930, culminou na chamada Revolução de 1930, tendo à frente o político gaúcho Getúlio Vargas.

Foram muitas as iniciativas tomadas por Getúlio Vargas durante o governo provisório (1930-1934) no terreno da educação. Em 14 de novembro de 1930, criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública, nomeando como seu titular o jurista Francisco Campos. Normalmente, os historiadores divide no período que Vargas esteve à frente do governo federal em duas fases: 1930-1937, que corresponde ao que se convencionou chamar de 2ª República; e 1937-1945, conhecida como 3ª República. (PALMA FILHO, 2005, p. 61-62)

Essas medidas não agradaram aos educadores da época, mesmo porque esse Ministério não atendia somente aos interesses da educação, como o nome já evidencia. Tem início então, alguns movimentos pela educação, nos quais encontram-se de um lado, intelectuais liberais, socialistas e comunistas, muitos desses, responsáveis por importantes reformas educacionais em seus respectivos estados, reunidos em torno do movimento denominado como “Escola Nova” tendo por outro lado, os católicos e os conservadores das diversas ideologias, organizados em torno de um projeto conservador de renovação educacional. (PALMA FILHO, 2005)

As divergências concentraram-se, basicamente, ao redor de quatro pontos:

- Obrigatoriedade para todos do ensino elementar.
 - Gratuidade desse mesmo ensino.
 - Currículo escolar laico.
 - Coeducação dos sexos.
- (PALMA FILHO, 2005, p. 66)

Ressalte-se aqui, que os dois grupos não chegavam a um acordo e por isso ao reunir-se na Conferência Nacional de Educação, que aconteceu em dezembro de 1931, convocada por Getúlio Vargas para apresentarem diretrizes necessárias a elaboração de um projeto educacional para o país. Diante do ocorrido, é que 26 conceituados educadores participantes dos quais faziam parte Cecília Meireles, Lourenço filho, Anísio Teixeira e outros, elaboraram um documento do qual encarregam Fernando de Azevedo para escrevê-lo, e que ficou conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Sobre esse assunto Romanelli fez o seguinte comentário:

Quando se reuniu em dezembro de 1931, a IV Conferência Nacional de Educação, à qual o Governo havia solicitado a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, a polêmica em torno do ensino leigo e da escola pública se tornou tão acirrada, que não houve clima, nem condições para atender o pedido do Governo, com o que ficou configurada a falta de uma definição objetiva do que era e do que pretendia o movimento renovador. Foi então que os líderes desse movimento resolveram precisar seus princípios e torná-los públicos, através de um documento endereçado “Ao Povo e ao Governo”. Surge, pois, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932 (ROMANELLI, 1999, p. 144).

Vargas ficou no governo no período de 1930 e 1945. Na Carta Constituinte de 1946, que teve seu período de vigência até 1967, o Brasil passou por grandes transformações sociais e econômicas, portanto, essa Constituição foi inspirada no ideário liberal e democrático, e ficou contemplado nos termos do artigo 168, que a legislação de ensino adotaria os seguintes princípios educacionais:

- I – O ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;
- II – O ensino primário oficial é gratuito para todos, o ensino ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;
- III – As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para seus servidores e os filhos destes¹⁷;
- IV – As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem para seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;

A partir de então muitas conquistas tem sido alcançadas no cenário educacional brasileiro e dentre esses avanços podemos citar algumas significantes para a educação a exemplo das leis que garantem a educação de qualidade para todos como veremos na sequência e que regulamenta o currículo escolar no qual pode ser incluso o uso do Lúdico em sala de aulas da educação infantil.

CAPITULO III

3. UNIÃO FAMÍLIA E ESCOLA

A partir do tema em questão direciona-se que a construção de parceria entre a escola e família visa o melhor para a criança, pois esta aproximação faz com que a escola detecte problemas, anseios e características específicas, podendo assim trabalhar com o objetivo certo, agindo positivamente na aprendizagem do aluno, porém este interesse na parceria deve ser mútuo, para que a solução possa ser alcançada. A participação da família é fundamental na intervenção, caso isto não ocorra, tudo que foi detectado torna-se nulo, não sendo possível alcançar o sucesso do educando.

Nesta combinação, escola / família, um sujeito sempre coloca suas expectativas sobre outro, para se ter o sucesso deve haver uma relação de diálogo entre ambos, com muita compreensão, flexibilidade, evitando sempre atitudes de preconceito e desinteresse, pois isto reflete de maneira negativa em todo o trabalho desenvolvido para o educando.

Este fenômeno, tão comum, leva a criança a pedir ajuda, demonstrando isso de várias maneiras, inclusive chamando a atenção para si, no ambiente escolar. É o que afirma (WEIL, 1984, p.47):

Há um fato importante a ser lembrado em relação a este conflito existente entre família e escola. A escola é uma instituição de ensino que visa o enriquecimento intelectual do indivíduo, mas não perpetua por toda a vida do mesmo como a sua família, que com seus hábitos, costumes e crenças perduram e acompanham o indivíduo por toda uma vida.

A construção de uma parceria entre a escola e a família se dá a partir da identificação daquela como instituição educadora, a qual detém de importantes saberes a serem transmitidos para a criança, porém, cada lado tem suas competências e atualmente as famílias estão delegando às escolas a educação dos filhos desde pequenos, do ensino de disciplinas até os valores, caráter e afetivo, que não recebem em casa.

Por isso é importante destacar que a escola tem a função específica de estimular a construção do conhecimento sistematizado do saber considerada essencial para o processo de formação dos alunos, desresponsabilizando a família desta função, e em contrapartida não cabe ao professor suprir responsabilidades inerentes à família da criança, devendo somente despertar os bons valores e um

caráter digno nos alunos, visto que este profissional é membro de uma sociedade e não da família do aluno, e quando a escola assume funções específicas da família, em determinado momento, ela não suporta tais atribuições.

Por isso a necessidade da parceria, de ambas caminharem juntas rumo ao mesmo objetivo, cada uma respeitando sua função, e a escola sempre deve despertar na família a importância desta parceria, pois em muitos casos os membros acreditam que não podem contribuir em nada no ambiente escolar, pois deve-se despertar o lado ativo destas famílias, atribuindo funções nestas parcerias visando sempre à contribuição na aprendizagem das crianças a fim de se acentuar os hábitos desenvolvidos na escola, em casa.

Existem escolas que não facilitam este entrosamento, muito menos incentivam esta parceria, pois acreditam serem detentoras de todo o saber pedagógico e também temos escolas que acreditam totalmente na família, respeitando e considerando sentimentos, sem interferir, nem mesmo quando necessário, mas o que funciona são escolas em que há a união com a família, onde ambas acreditam no papel desempenhado pela outra parte e estão abertas às críticas construtivas que visam sempre o desenvolvimento da criança, tomando decisões em conjunto.

É importante destacar que não é necessário a escola nem a família modificar sua organização, basta simplesmente que estejam abertos à troca de experiências mediante uma parceria verdadeira que visa sempre à educação da criança, e a escola não funciona sozinha e isolada, faz-se necessário que cada um, dentro da sua função, trabalhe buscando atingir uma construção coletiva, contribuindo-se assim, para a melhoria do desempenho escolar das crianças. Na visão de (SOUZA, 2009). O que se nota atualmente é,

[...] a mudança do conceito da família o qual o ambiente escolar deve se interar para saber lidar com as novas alterações e arranjos que a mesma se encontra. Hoje a redução da taxa de fecundidade resulta em famílias menores, houve um aumento do crescimento de separações e divórcios, o aumento das mulheres no mercado de trabalho e de famílias chefiadas por mulheres, famílias ampliadas e recompostas onde o homem e/ou a mulher tem um filho de outra união, casais de gays e lésbicas que vivem juntos e contribuem para o surgimento de novas configurações domésticas e homens que conseguem a guarda de seus filhos e vive com eles.,(SOUZA, 2009 p.34)

Por isso se torna claro que hoje não temos somente um tipo de família e sim vários tipos de famílias organizadas de modos distintos e que estas organizações devem ser estudadas e analisadas sem nenhum preconceito, pois o conhecimento

de sua composição é primordial para uma boa relação entre elas e a escola, e algumas vezes este rótulo colocado nas famílias são formas de não buscar esta aproximação entre família e escola, o que provoca sim uma exclusão deste aluno bem como da família do ambiente escolar, refletindo no processo de aprendizagem da criança.

Nas famílias, independente de suas formações, o que importa são os valores e laços transmitidos à criança, mesmo que esta esteja inserida em um modelo de família diferente do tradicional, nota-se que é cada vez mais a importância da atuação de profissionais como psicólogos, psicopedagogos e outros agentes educacionais cujo propósito é orientar a família e os profissionais da escola em relação às diferenças e problemas encontrados tanto no ambiente familiar, escolar, como na criança, visando assim o sucesso escolar do indivíduo e até quem sabe reforçar a dimensão afetiva das relações entre filhos e pais.

Contudo, a família deve participar da educação de seus filhos, principalmente na educação infantil, com compromisso e responsabilidade, se envolvendo na tomada de decisões, participando no dia a dia da escola, cada escola deve encontrar formas de relacionamento com os pais, estreitando este laço de maneira compatível com a realidade escolar e das famílias, tendo sempre como objetivo final o crescimento e desenvolvimento da criança em todos os segmentos da sua vida.

Participar mais das atividades escolares da criança não se resume apenas a ir às reuniões quando convocados. A escola deve despertar nos pais o interesse pelo desenvolvimento educacional dos seus filhos através de encontros que não se destinam a falar de notas ou fazer reclamações, mas para promover a troca de informações e a conscientização de que esta relação escola / família deve ser contínua.

4.2 ESPAÇO ESCOLAR

Analisando a realidade educacional brasileira, percebe-se que inúmeros são os compromissos referentes à escola no ato de educar, pois se trata de uma instituição cujo objetivo maior é a educação das crianças, não só no meio educacional mais em todas as áreas de atuação, também nas escolas torna-se importantíssimo planejar, construir seu Projeto Político Pedagógico, objetivando

definir metas, estabelecer critérios de avaliação e progredir, cada vez mais, no processo educacional de seus alunos.

Além disto, cabe a todos os envolvidos no processo educacional tomar consciência de suas ações, proporcionando momentos de interação, afeto e compreensão relacionados as diferenças encontradas no espaço escolar, viabilizando a inclusão de todos os educandos para que estes possam sentir-se qualificados para uma aprendizagem satisfatória e qualitativa. Nesta perspectiva, ressalta Esteve (1995, p. 100) que:

No momento atual o professor não pode afirmar que a sua tarefa se reduz apenas ao domínio cognitivo. Para além de saber a matéria que leciona, pede-se ao professor que seja facilitador da aprendizagem, pedagogo eficaz, organizador do trabalho em grupo, e que, para além do ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, da integração social e da educação sexual etc.: a tudo isso pode somar-se a atenção aos alunos especiais integrados na turma. Esteve (1995, p. 100)

Contudo, pode se dizer que pensar em educação é pensar na influência exercida de um ser para com o outro, é pensar também na promoção de um aprendizado moral e intelectual para todos, tratando de um processo sem qualquer forma de coação, uma vez que o educador luta pela vontade do educando de aprender e conquista-lhe a adesão do conhecimento, pois educar é, elevar, estimular a busca da perfeição, despertar a consciência, facilitar o progresso integral do ser. Sendo assim, o processo educativo é sempre uma relação de indivíduo para indivíduo.

Considerando a realidade educacional de que a escola exerce um trabalho educativo, demonstra diante disso a possibilidade de constituir-se em um espaço de superação das necessidades e problemas através da aplicação de projetos pedagógicos que venham favorecer a valorização tanto da informação como da formação de seus educandos, resgatando os conhecimentos acumulados, construindo novos conceitos e desenvolvendo o ato de pensar e construir sobre o mundo.

Mas é na escola que também se trabalha os valores e a ética. Por isto, repensar o papel da escola e a importância da qualidade implica mudanças nas características pessoais e profissionais das pessoas envolvidas e comprometidas com a educação. Na visão de Toro (2002, p. 25):

A escola tem a obrigação de formar jovens capazes de criar, em cooperação com os demais, uma ordem social na qual todos possam viver com dignidade. Para que seja eficiente e ganhe sentido, a educação deve servir a um projeto da sociedade como um todo. Toro (2002, p. 25):

Analisando o contexto do trabalho é possível observar que o desenvolvimento de uma organização educacional escolar dar-se-á através do desempenho e da atitude dos envolvidos diretamente em direção a uma gestão da própria escola, e nesse sentido, é imprescindível aumentar o índice de participação das pessoas nas atividades escolares e tornar a escola como uma Instituição autônoma e democrática, pois a formação para a cidadania inicia pelo próprio exemplo da escola, em ampliar seus espaços para que todos os integrantes da comunidade escolar (pais, alunos, professores, membros do corpo administrativo e pedagógico, funcionários) possam se sentirem motivados a participar.

Tal participação não pode partir apenas da presença em reuniões e do simples fato de comparecer a festas e a outros eventos promovidos na escola, mas estar presente na própria ação educacional como diz Benvides (1996, p. 5):

A educação para a cidadania deve ser entendida como preparo para a participação da vida pública, com dois registros: o político e o social. O registro político significa organização e participação pela base e o registro social significa reconhecer e reivindicar os direitos e a existência, a criação e a causalidade de novos indivíduos ou grupos com a consciência de seus direitos e deveres. Benvides (1996, p. 5):

A escola como instituição busca através de seu ensino, que seus alunos possam assumir a responsabilidade por este mundo, como referência Arendt (APUD CASTRO, 2003, p. 1):

A escola como um novo modelo, irá ampliar o mundo dos alunos, convidando-os a olhar suas experiências com uma outra lente, que não a familiar, o que alterará os significados já conhecidos. A escola pública tem mais fortemente, então, a responsabilidade da apresentação de conceitos e conteúdos herdados de nossa cultura, pois muitas crianças só terão acesso a esta herança, através de sua passagem pela escola, que deve então, abrir caminhos de acesso à cultura de maneira igualitária para todos e neste sentido, lutar contra os privilégios de uma classe social. Arendt (APUD CASTRO, 2003, p. 1):

Faz se necessário observar que ao buscar este caminho, existe o consenso relacionado a influência dos processos educativos e culturais na criação e prática de critérios, valores e representações ocorridos na escola, para tanto a afirmação dos princípios de equidade, solidariedade, respeito à vida e aos direitos humanos precisa tomar parte do Projeto Político Pedagógico da instituição. Uma das grandes e

necessárias responsabilidades da escola é ter seu próprio Projeto Político Pedagógico, já que segundo Libâneo (2003, p. 346) este documento: “consiste em dar um sentido, um rumo, às práticas educativas, onde quer que sejam realizadas, e firmar as condições organizativas e metodológicas para a viabilidade da atividade educativa”.

Neste contexto, este documento traduz os valores do grupo, suas intenções, seus objetivos compartilhados, estabelecem prioridades, define caminhos e, portanto deve ser construído com a participação de toda a comunidade escolar, inclusive da família, e desta forma, será este o documento que irá conduzir todo o trabalho educativo na escola, articulando-se também com as práticas avaliativas exercidas pela instituição. Diante de tais perspectivas, a prática avaliativa é uma das formas mais eficientes de verificar se a aprendizagem está ocorrendo entre os estudantes, podendo ser positivas ou destrutivas de suas possibilidades de desenvolvimento, pelo poder que encerra e pela importância que tem enquanto mecanismo de inclusão ou exclusão social, através das marcas burocráticas e legais impregnadas na sua utilização. Para Vasconcelos (2002, p. 58):

A avaliação possibilita que o professor possa estar acompanhando a construção do conhecimento pelo educando, visto que, avalia-se na hora que precisa ser avaliado, para ajudar o aluno a construir o seu conhecimento verificando os vários estágios de desenvolvimento dos alunos e não os julgando apenas num determinado momento. Vasconcelos (2002, p. 58)

Contudo, percebe-se que a avaliação não pode constituir-se a um simples julgamento de dados pelo avaliador, deve ser de caráter ativo, partindo da ação/reflexão/ação, onde educador e educando possam interagir mediando o processo avaliativo com significado positivo para todos. Apontando assim a escola que a sociedade necessita para potencializar cidadãos equilibrados, responsáveis, tolerantes e não-violentos deverá estar estruturada de modo participativo com a comunidade, facilitando assim o processo educacional de forma integral, democrática, onde as potencialidades são valorizadas.

3.3 IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Diante das dificuldades encontradas na realidade educacional se vê que a participação da família na vida escolar dos filhos ainda é um dos fatores de maior

importância para o desempenho do aluno, pois quando os pais acompanham a criança em todo o seu processo de desenvolvimento educacional, está se sente valorizada e importante na vida de seus pais, de modo que tais sentimentos somente contribuem para o seu aprendizado. Onde existem muitas maneiras dos pais participarem do processo de ensinar e aprender, sendo que algumas contribuições tornam-se muito relevantes como o auxílio nas tarefas escolares, e o incentivo à leitura o seu envolvimento nos eventos pedagógicos ocorridos na escola é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança.

No entanto, um aspecto que atualmente tem sido alvo de muitas controvérsias, principalmente entre pais e educadores é o auxílio às tarefas que a escola envia. Diante deste questionamento, destaca a psicopedagoga Parolin (2007, p. 68) em suas pesquisas com pais e alunos:

Observo que, apesar das teorias que embasam a nossa prática educativa, os testemunhos vêm inflamados de emoção e distantes das teorias preconizadas. Essa realidade vivida não corresponde ao que os educadores gostariam de viver. Encontrei no tema lição de casa uma realidade que é vivida/sofrida e distante da idealizada. (...) Poucas escolas, educadores ou crianças falam bem e de forma construtiva dessa “tarefa”. Parece que a lição de casa está envolta em uma sombra que gera muita emoção e precisa ser clareada. Ela é, ou tem sido, em muitas escolas e famílias, uma tarefa que não tem servido para nada, e não é responsabilidade de ninguém especificadamente. Parolin (2007, p. 68)

Assim sendo, de acordo com os estudos da pesquisadora acima citada, observa-se que muitas famílias e professores têm dificuldade em definir e direcionar o real objetivo das tarefas de casa, onde, na grande maioria das vezes, entraves como: os alunos a executam somente para “ganhar pontos”; os pais é que realizam os deveres pelo filho já que estes não sabem como fazê-lo ou acham muito difícil e o pai não que tirar tempo para o acompanhamento; e é feita de forma mecânica, como algo forçado e obrigatório e não prazeroso; o professor não esclarece seus reais objetivos; e algumas vezes a tarefa é imposta para castigar o aluno.

Faz-se necessário apontar que, apesar dos problemas encontrados, algumas alternativas são evidenciadas por alguns autores. Como diz Vasconcelos (1989, p. 127) é possível se constatar que: Quando solicitado à ajuda no estudo, procurar chamar atenção ao que é fundamental, ao que é mais significativo; não fazer “questionário” para o filho decorar perguntas e respostas. Orientar para que a criança se preocupe em compreender o que estuda e não em decorar. Vasconcelos (1989, p. 127)

Dando sequência nas observações dos autores nas pesquisas de Tiba (1996, p. 272) verificam-se diretamente algumas propostas para os pais auxiliarem nas tarefas dos filhos:

A criança deve estudar em voz alta e evitar decoreba. Num quarto com TV e internet, telefone ou qualquer outro atrativo, torna-se sonífero ler somente com os olhos. Não é justo com a mãe ou com qualquer outro adulto ler para a criança. O importante é que ela mesma descubra ou lembre o que deve ser feito. Afinal, ela é responsável pela lição de casa. Tiba (1996, p. 272)

Deste modo nota-se que, fazer as lições de casa pelo filho, enfreado a própria letra, é muito prejudicial tanto para o desenvolvimento cognitivo da criança como para a própria auto-estima dela, uma vez que a professora precisa saber o que a criança consegue ou não fazer na lição de casa para poder avaliar os motivos desta dificuldade e trabalhar-las, de modo que a lição de casa não deve servir como um problema no ambiente familiar, mas com o objetivo de fazer com que o aluno possa pensar resolver, refletir, colher dados, pesquisar, a fim de reforçar o que foi ensinado em sala de aula.

Baseando neste contexto, Parolim (2007, p. 69) reforça a ideia de que os estudantes precisam saber que, “possui compromissos, responsabilidades e necessita aprender a realizá-los”. Porém, na realidade em suas pesquisas com pais e alunos, observa-se que a autora tem observado é que em muitos casos, os deveres enviados pelos professores evidenciam um grave erro para todos, ou seja: “tarefas óbvias que têm como função apenas a repetição de atividades já realizadas na escola, com a intenção de fixar conhecimentos, ou desenvolver hábito de estudo, porém com temas desvinculados da vida social do aluno”.

Portanto, é possível constatar a necessidade de haver uma reflexão por parte da escola em implantar a tarefa de casa, não como algo já enraizado nos estabelecimentos escolares e a serviço apenas do reforço do que foi dado em sala de aula desprovida de significados, como destaca a mesma autora:

Como um instrumento de aprendizagem. E que as aprendizagens advindas dessa “tarefa” sejam todas benéficas, promotoras de autonomia, provocadoras de reflexões e conhecimento e, sobretudo, com temperatura emocional mais baixa e com mais luz para todos nós! (Op. Cit., p. 71)

Desta forma a lição de casa precisa ser esclarecida e bem formulada pelos professores para o desenvolvimento da aprendizagem, responsabilidade e autonomia da criança, e principalmente para que provoque nela uma reflexão sobre o que está estudando. Observa-se que quanto maior for a parceria entre escola e família, mais positivos e significativos serão os resultados da aprendizagem da

criança e a participação dos pais na educação dos filhos deve ser constante e consciente, de acordo com Parolin (2007, p. 36): “A qualidade do relacionamento que a família e a escola construirão será determinante para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as intuições”.

Deste modo o dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação brasileira e nas Diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, observando que algumas destas constatações podem ser verificadas em publicações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90 em seu artigo 205 destaca que: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Contudo, percebe-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) em seu artigo 2º abrange os deveres da família como uma das responsáveis pelo desenvolvimento educacional da criança, bem como a escola em criar processos de articulação com a família, além de mantê-la informada sobre sua proposta pedagógica e outras informações como frequência e rendimento do aluno, destacando também alguns princípios necessários no processo educacional da criança:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, 1998, p.13)

No entanto, verifica-se que a educação pode ocorrer, tanto no lar como em outras instituições formais, como na escola e no trabalho, além de esta ser uma obrigação tanto do Estado como também da família, e hoje, graças à legislação, as resistências maiores estão sendo combatidas para que a família e escola venham a se unir nas decisões administrativas e pedagógicas, o que acaba favorecendo e facilitando a educação dos estudantes, principalmente daqueles que desafiam os docentes, exigindo deles maior dedicação e capacidade de confronto e resolução de conflitos.

Para tanto, a família deve manifestar interesse pelas atividades que os filhos realizam na escola, como expressão de sua preocupação pela atuação da instituição e de seu apoio a ela, de acordo com López (2002, p. 77) os pais:

Devem manter contatos periódicos com os professores para ter conhecimento constante do processo educativo; - Prestar a colaboração que lhes for exigida por parte dos professores para tornar mais coerente e eficaz a atuação escolar, tanto no campo acadêmico estrito como no mais amplo das atitudes e dos hábitos de comportamento que se pretende fomentar como parte do projeto educacional da escola. López (2002, p. 77)

Neste sentido à família requer o acompanhamento, não somente, da aprendizagem da criança, mas ao tipo de educação que lhe é fornecida no ambiente escolar, que em decorrência disto, ambas podem se interagir e trabalharem pro do processo ensino-aprendizagem da criança, e numa escola onde a democracia seja defendida o exercício da cidadania seja uma realidade, torna-se eficaz a participação da família, como destaca Gadotti, (1993, p. 17):

A gestão democrática da escola implica que as comunidades, os usuários da escola, sejam seus dirigentes e gestores, e não apenas seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. Gadotti, (1993, p. 17).

Desta forma, verifica-se a importância do envolvimento da família na própria ação pedagógica da escola. Os pais devem interagir-se com os professores não somente nas reuniões pedagógicas, mas em outros momentos como na construção do Projeto Político Pedagógico, na participação de uma aula, entre outros, como evidencia Vasconcelos (1989, p. 128):

Participar da vida na escola (Conselho de escola, Associações de Pais e Mestres, reuniões, grupo de mães, grupos de reflexão, acompanhamento de alunos, reforço escolar, etc.). Os profissionais pais podem colocar suas especialidades a serviço da escola ex.: pais médicos, professores, pedreiros, marceneiros, esportistas, artistas, psicólogos, advogados, nutricionistas, dentistas, engenheiros, eletricitas, encanadores, pintores, etc.) Vasconcelos (1989, p. 128).

Faz se necessário observar que é importante compartilhar da vida escolar da criança, além de ser um fator importante para que o aluno se sinta valorizado e respeitado, sendo bem proficiente para o aprendizado, e, tal situação é possibilitada em inúmeros momentos e oportunidades que podem ser sugeridas pela escola a fim de que a família venha a se integrar no processo de aprendizagem da criança.

CAPÍTULO IV

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa investigação foi realizada como base na pesquisa bibliográfica e de campo, como abordagem qualitativa. Segundo Fávero (2001), onde a aprendizagem é mais efetiva se a atividade estiver ligada às situações da realidade da criança embasando-se no tema, ora discutido, vê que com a participação da família a inserção do jogo na educação infantil é uma atividade lúdica, que tem valor educacional e a utilização do mesmo no ambiente escolar, traz muitas vantagens para o processo de ensino aprendizagem, o jogo é um impulso natural da criança funcionando assim como um grande motivador de acordo com Lima (2004).

Para Negrine (1994) sustenta que as contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança desde que a família também esteja presente e atuante e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE PESQUISADO

A pesquisa de campo foi realizada na EMEI Irmã Dulce, situada na Rua Equador s/n, Bairro Vale do Sol II, tendo como Unidade Mantenedora a Prefeitura Municipal de Educação, foi criada no ano do 2011, atende com doze turmas, sendo creche, pré-escola I e pré-escola II, a escola atua hoje com Creche e Educação Infantil, de acordo com a realidade local a Escola é considerada uma escola de médio porte, tendo como gestora a Sr. Vanusa Ferreira de Barros.

Levando em consideração a realidade do bairro vale do Sol I do Município de Novo Repartimento a escola é avaliada como sendo de boa qualidade possui estrutura e disponibilidade para atender sua clientela, em todas as dependências desde a cozinha e se estende até as salas de aula área de lazer para todos, atende

a educação com infantil com um parquinho na área de lazer, onde tudo se desenvolve na educação infantil de acordo com a realidade local.

Apesar de tudo sabe-se que a escola deve ser sempre mediadora do conhecimento significativo, pois a educação é parte importante na formação cidadã a partir de propostas que visam a formação integral do educando tornando-o ativo na sociedade, fazendo com que a escola, a família e a comunidade atuem juntas no processo de ensinar e aprender.

Figura 1 Imagem da Escola



Fonte: Melo 2017

4.3 PÚBLICO ALVO

Foi alvo da pesquisa de campo pais e professores da Escola em estudo onde com base na coleta de dados procederam-se o tratamento e análise desses dados, seguindo os critérios abaixo:

A entrevista possibilita a identificação e descrição da atuação dos pais na vida educacional do filho visando um bom conhecimento na inserção do lúdico nas aulas que a professora desenvolve nas aulas da Educação Infantil na escola da rede municipal do Município de Novo Repartimento, é interessante ressaltar que os pais não são muito presentes na escola ocasionando certa dificuldade ou distanciamento da relação escola família principalmente nesta base inicial que é a educação infantil a pesquisa foi realizada com dez professoras todas atuantes na educação infantil, e segundo as professoras entrevistadas firmaram que as vezes os pais são atuantes e as vezes não, ambas já tem entre três e doze anos de atuação na educação infantil.

Pode se perceber que ao serem questionadas se gostam do trabalho a maioria disseram que aprenderam a gostar com o tempo, pois não é fácil ter com sigo por quatro horas serem tão puros e indefesos em sob sua total responsabilidade, e a maioria dos professores não procuram saber sobre as famílias dos alunos deixam esta função a critério da orientação educacional. Foi interessante questionar sobre a relação família x escola a professora que: *“Acredito que a colaboração e acompanhamento da família é muito importante no ambiente escolar”*.

De acordo com a pesquisa realizada com as professoras foi percebido que quando os pais acompanham ativamente o filho nas questões educacionais os resultados são bem significativos, e na maioria das vezes os pais são convidados a participarem da aula com a professora, e acabam alegando a falta de tempo e caba por dar apenas uma passada rápida pela escola em filho estuda. Uma das colocações de uma professora em ralação a postura do pais em assistir a aula a professora enfatizou que:

“Não é interessante a participação do pai na sala de aula, porque acredito que em sala de aula eu dou conta do recado. Acho que a participação dos pais em acompanhar como seu filho está em reuniões e ajudando nas tarefas de casa, e também visitando para saber como seu filho está creio que já é o bastante”.

Foi realizado a pesquisa de campo com dez pais da Escola de Educação Infantil na rede pública de ensino ambos classificados como baixa renda pois todos tem rendimento mensal de um salário mínimo e inferior a isso, foi questionado aos pais se eles gostam de visitar a escola em que seu filho estuda e foi observado que a maioria deles disseram que sim, apenas quando acha que é necessário visitar a escola, quando tem uma folga do trabalho, as vezes até que ir na escola mais se faltar no trabalho pode perder o emprego e acaba ficando mais difícil ainda pra família.

Segundo os pais sentem se bem ao chegarem na escola em que o filho estuda pois a equipe escolar recebe os muito bem, só é ruim quando o menino é danado demais que a professora reclama e o pais as vezes sai insatisfeito, mais é necessário acontecer estas observações a fim de fortalecer o vinculo escola X família e a aprendizagem fluir com maior rapidez e significado. De acordo com os pais não tem tempo de saber do filho como foi a aula e por conta disso a maioria das vezes as atividades de casa voltam sem responder, pois segundo os pais já chegam cansados do serviço.

Com isso pode se perceber que o filho não é prioridade e sim o trabalho e isto cada dia que passa traz mais dificuldades para escola e professores com crianças sem limite e sem educação. Em relação a ligação a ligação com a escola do meu filho pode se ver que quando precisa a gente vai lá pois temos que trabalhar muito e não é todo dia que dá tempo de ir lá só deixa a criança no portão e vai pro trabalho, não é todo dia que dá tempo a gente entrar para falar com a professora, mais toda vez que a gente é chamado a gente vai lá na escola ver o que está acontecendo.

Foi realizado a pesquisa de campo na EMEI Irmã Dulce, sendo realizadas o quantitativo de dezesseis (16) entrevistas, através de questionário com perguntas abertas e fechadas foi aplicado as professorase pais da educação infantil.

4.4 ANÁLISE E DISCURSÃO DOS DADOS

Os dados da pesquisa foram coletados a partir da aplicação de quaternários e a partir daí foi feito tabelas e gráficos a fim de apontar os resultados dos dados coletados na pesquisa objetivando fundamentar a partir do senso comum a importância da família na escola principalmente na base inicial que é a Educação Infantil.

Tabelas e gráficos pais/ responsáveis representado pela letra R

Quadro 01 – Você gosta de visitar a escola onde seu filho estuda? Justifique sua resposta.

R1	Sim, quando acho necessário faço a visita.
R2	Algumas vezes, pois nem sempre estou disponível.
R3	Às vezes, trabalho fora e meu tempo é pouco.
R4	Sim, mas devido o trabalho não vou o quanto desejo.
R5	Sim, estou sempre acompanhando.
R6	Sim, mas só vou quando sobra tempo.
R7	Gostar de visitar eu gosto, mas não tenho tempo devido o trabalho.
R8	Às vezes, pois sempre recebo reclamações do meu filho.
R9	Sim, procuro saber sempre como ele está na escola.
R10	Não, meu tempo é curto devido o meu trabalho.

FONTE: Melo 2017.

Segundo as colocações dos pais em relação a pergunta acima percebe se que 50% dos pai entrevistados costumam visitar a escola em que o filho estuda, e para a escola e pro professor isto é bem satisfatório pois a medida que se tem acompanhamento dos pais e/ou responsáveis a aprendizagem acontece

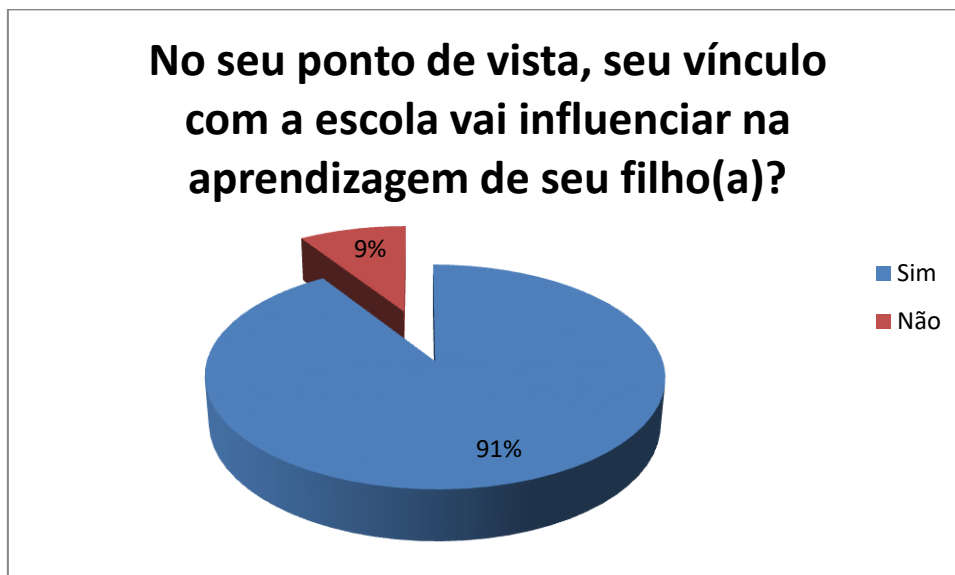
significativamente, dentre os entrevistados percebe que apenas um pai não visita a escola em que o filho estuda segundo ele por falta de tempo.

Quadro 02 – Você se sente bem ao chegar na escola de seu filho?

R1	Com certeza a equipe escolar sempre me recebe bem.
R2	Sim, em partes, as vezes não sou bem recebida.
R3	Sim, vejo que meu filho está aprendendo aqui nessa escola.
R4	Sim, sou bem recebida sempre na escola.
R5	Sim, sou bem recebida sempre na escola.
R6	Sim, pois me sinto muito bem quando visito a escola.
R7	Sim, sou bem recebida sempre na escola.
R8	Às vezes, pois os profissionais da escola fica pegando muito no meu pé.
R9	Sim, sou bem recebida sempre na escola, me sinto bem a vontade.
R10	Nem sempre, pois só recebo reclamações do meu filho.

FONTE: Melo 2017.

De acordo com os dados do quadro dois nota se que a maioria dos pais sente se bem ao chegarem à escola em que o filho estuda, pois são pais que acompanham e conhecem a realidade educacional que dizem respeito ao processo ensino aprendizagem, e pode se perceber que a escola se sente gratificada por terem o apoio direto de pais e responsáveis.



FONTE: Melo 2017.

Quadro 03 – Quando seu filho (a) chega em casa, você procura saber o que aconteceu na escola?

R1	Sim, sempre, o que ele fez de certo e errado, bom ou ruim e o que ele conseguiu aprender.
R2	As vezes quando tenho tempo.
R3	Sim sempre pergunto e vejo o que ele está aprendendo.
R4	Sim, sempre, quando ele chega a primeira coisa que eu pergunto é o que ele fez na escola, qual a tarefinha foi feita e como foi a aula.
R5	Sim, converso bastante com ele, procuro saber o que ele fez sempre na escola.
R6	Não.
R7	Não, até mesmo chego em casa já a noite e é o pai dele que cuida deles.
R8	Às vezes, quando não estou cansada.
R9	Sempre pergunto o que ele aprendeu e como foi a aula.
R10	Não, pois não tenho tempo para isso.

FONTE: Melo 2017.

De acordo com os dados da pesquisa pode se ver que os pais não se preocupam muito em saber do filho o que aprendeu na escola, isto acaba sendo um pouco preocupante, pois os pais precisam se interagirem com o filho pra poder perceber se a aprendizagem está ou não acontecendo, pois o fato de pai ir sempre visitar a escola do filho não é tudo é muito importante, mais também segundo as observação feitas durante a pesquisa os professores afirmam que precisam também saber o que foi trabalhado que é também uma forma de conhecer e saber como se da aprendizagem da criança.

Quadro 04 – Qual a sua ligação com a escola de seu filho?

R1	Ótima, sempre vou lá, é uma equipe muito boa.
R2	Mais ou menos.
R3	Ruim, quase não frequento a escola.
R4	Muito bem, procuro sempre ir na escola.
R5	Boa, apesar do meu trabalho sempre tiro um tempo para participar da vida escolar do meu filho.
R6	Ruim, só vou na escola em reunião e as vezes.
R7	Péssimo.
R8	Ruim, quase não ando na escola.
R9	Boa, sempre vou na escola.
R10	Só vou em reunião.

FONTE: Melo 2017.

Já nos questionamentos respondidos referente ao quadro 04 se vê que a maioria dos pais possui uma relação boa com a escola em que o filho estuda, e isto

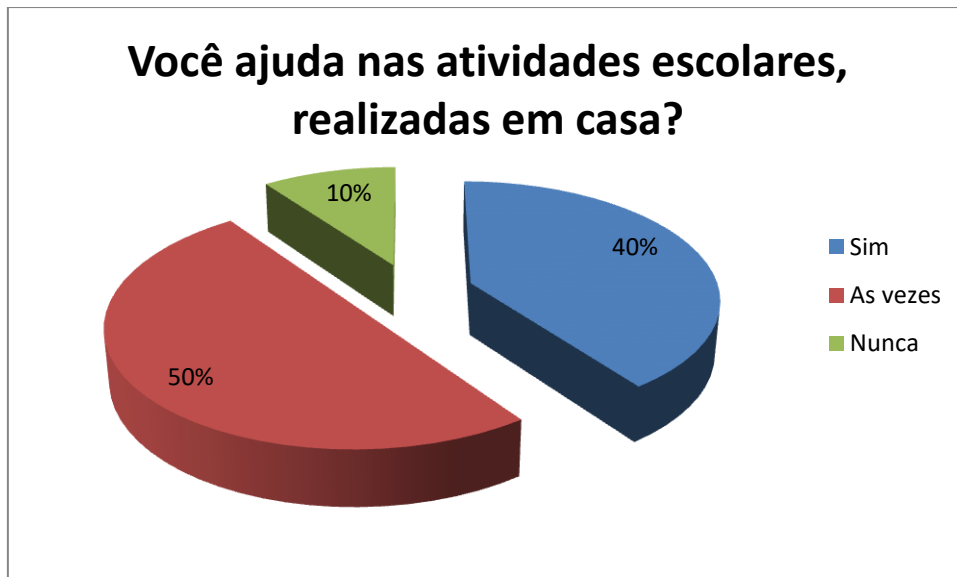
é bem significativo pra cada um de nós enquanto educadores visto que com apoio e participação os resultados são bem mais significativos.

Quadro 05 – Quantas vezes, no decorrer do ano, você visita a escola do seu filho (a)?

R1	Várias vezes.
R2	Algumas vezes.
R3	Só em reuniões.
R4	Várias vezes, sempre estou pela escola.
R5	Várias vezes, sempre que eu preciso estou na escola.
R6	Poucas vezes.
R7	Quase nada, muito raro, pois trabalho muito.
R8	Poucas vezes.
R9	Muitas vezes, pois todos os dias eu estou na escola.
R10	As vezes em reuniões.

FONTE: Melo 2017.

Em relação às visitas a escola pode perceber que são bem constantes e foi presenciada também no período de estágio, e com isso a escola cresce muito oferecendo bem estar a todos e sempre de portas abertas recebendo cada um com satisfação.



Fonte: Melo 2017.

4.5 PROFESSORES

Quadro 01 – Os pais participam da vida escolar dos seus filhos?

P1	Poucos pais.
P2	Em partes.
P3	Em sua maioria sim.
P4	Sim, na maioria.
P5	Em partes.
P6	Sim.
P7	Sim
P8	Nem todos participam.

FONTE: Melo 2017.

De acordo com os professores na maioria dos pais participam da vida escolar dos filhos pois segundo os professores eles costumam fazer uma visita rápida sempre pois levam e trazem os filhos e em uma destas idas e voltas aproveitam pra falar com o professor mesmo que seja rápido.

Quadro 02 – Há quanto tempo você exerce a sua função?

P1	11 anos.
P2	04 anos.
P3	08 anos.
P4	07 anos.
P5	12 anos.
P6	10 anos.
P7	24 anos.
P8	10 anos.

FONTE: Melo 2017.

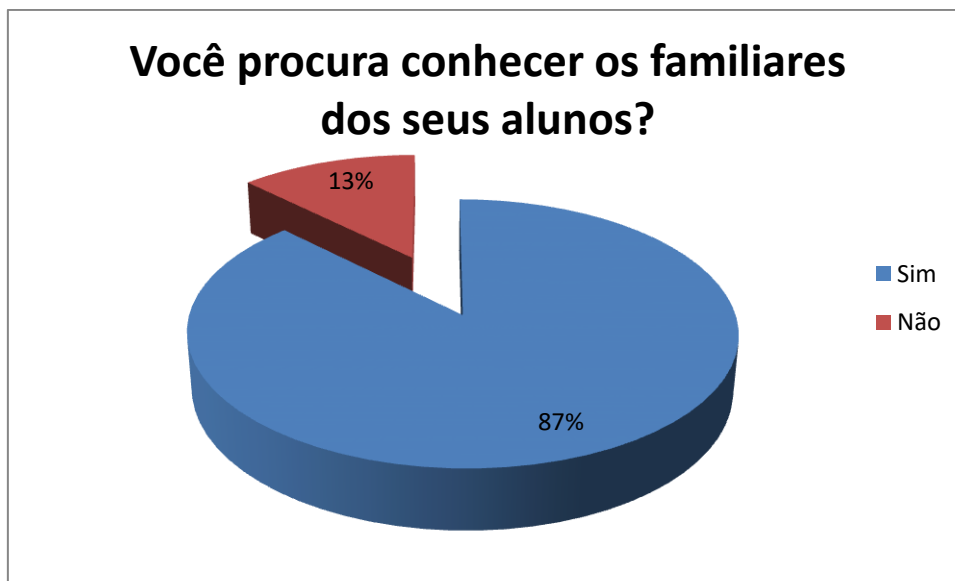
De acordo com os dados da pesquisa todos os professores da escola atuam a muito tempo na educação infantil, e isto é bom e significativo para o quadro educacional da escola pois quando os professores já conhecem a comunidade escolar, os resultados são bem melhores pois já existe o vínculo na relação família escola.

Quadro 03 – Você gosta do seu trabalho?

P1	Gosto muito do meu trabalho embora o mesmo é estressante.
P2	Sim amo o meu trabalho, pois o mesmo e muito gratificante.
P3	Com o tempo aprendi a gostar.
P4	Sim.
P5	Sim.
P6	Sim.
P7	Sim.
P8	Com certeza amo meu trabalho, principalmente trabalhar com essas crianças.

FONTE: Melo 2017.

Com base nos dados da entrevista os professores afirmam gostar do trabalho de professor, apesar de ser difícil e cheio de desafios pode se ver que só em lidar com educação infantil precisa se ter bastante amor, carinho e compreensão, e durante o estágio deu pra perceber que cada professor de fato desenvolve com amor o seu trabalho.



FONTE: Melo 2017.

Quadro 05 – Qual a sua opinião em relação ao relacionamento família x escola?

P1	Se todos colaborasse e participasse da vida escolar de seus filhos seria muito importante para todos nós.
P2	Quando a família estimulam o aprendizado e participam da vida escolar, as crianças se alfabetizam com facilidade e obtém notas melhores.
P3	Melhora mais quando eles interage conosco.
P4	A colaboração e o acompanhamento da família e muito importante no ambiente escolar.
P5	É muito importante.
P6	A família tem que se interagir mais com a escola, seria muito importante se todos interagissem para uma educação melhor.
P7	É de suma importância a participação da família na escola, pois a família precisa ter esse contato para que possa facilitar o desenvolvimento ensino aprendizagem das crianças.
P8	É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir.

FONTE: Melo 2017.

Em relação ao relacionamento família escola deu pra perceber que é bom visto que a maioria dos pais visitam a escola, conhecem o professor do seu (a) filho (a) e acompanham a aprendizagem sendo isto muito importante e significativo para todos e mais importante pra comunidade escolar.

Quadro 06 – Que proveito você obtém com o acompanhamento dos pais nas atividade cotidianas dos seus filho?

P1	Quando a família se envolve o aproveitamento escolar é maior.
P2	Acredito que iria melhorar muito, principalmente para os alunos no desenvolvimento deles, iria ajudar bastante.
P3	No desenvolvimento escolar.
P4	Tem resultados bem significante.
P5	O acompanhamento dos pais propicia aos alunos segurança na aprendizagem de um modo em geral.
P6	Seria bem melhor para todos, tanto para os professores quanto aos alunos.
P7	Facilita muito o desenvolvimento da criança no ensino aprendizagem.
P8	Acredito que é fundamental pra o desempenho e aprendizado dos mesmos.

FONTE: Melo 2017.

Pode se perceber que de acordo co os questionamentos é bem significante o pai presente, visto que a aprendizagem significativa é bem mais prazerosa principalmente quando se tem apoio.

Quadro 07 – Você convida os pais dos seus alunos para visitarem sua sala de aula?

P1	Sim, porque eles vão se sentir confiante.
P2	Sim, Porque vai ajudar muito eles na aprendizagem e no desenvolvimento.
P3	Sim, acredito que e necessário.
P4	Não, Não acho necessário.
P5	Sim, pois os pais saberão como funciona o processo de aprendizagem de seus filhos.
P6	Sim, para ele ficar por dentro da vida de seu filho para poder acompanhar em casa.
P7	Sim, pois e necessário.
P8	Acredito que é fundamental par o desempenho e aprendizado dos mesmos.

FONTE: Melo 2017.

É bom importante perceber que a maioria dos professores convidam os pais a irem na sala de aula, contudo, se vê que a aprendizagem acontece com uma relação sólida entre família e escola.

Quadro 08 – Você gostaria que os pais participassem das atividades dos alunos em sala de aula?

P1	Sim, isso iria melhorar bastante o aprendizado deles.
P2	Sim, pois acho interessante, os pais nos da essa força, e fazer seus filhos serem mais interessados e capazes em acreditar neles mesmos.
P3	Sim, despertam a criatividade deles e estimula a busca pelo conhecimento.
P4	Não, pois acredito que na sala de aula eu dou conta do recado, acho que o pai deve acompanhar seu filho vindo em reuniões e nas atividades de casa, e também visitando para perguntar seu comportamento e o bastante.
P5	Sim.
P6	Sim, acho que isso iria ajudar bastante os alunos no desenvolvimento e na aprendizagem.
P7	Sim, os pais dos meus alunos tem sempre a oportunidade de participar juntamente comigo principalmente no projeto, pois eu tenho eles como parceiros sempre, me ajudam no que podem e participam comigo, e isso quem ganha são as crianças, pois elas se sentem muito felizes.
P8	Sim.

Fonte: Melo 2017.

De acordo com as observações realizadas no período de estágio pode se firmar as colocações dos professores, pois segundo eles é ótimo quando o pai participa das atividades de sala de aula é um apoio a mais pro professor e assim os

pais ficam conhecendo a realidade educacional de cada um e principalmente do seu (a) filho (a).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização deste trabalho foi algo muito gratificante uma experiência na qual deve se levar para toda a vida profissional e pessoal, pois conviver com profissionais da área, os alunos foram muito carinhosos e educados, os pais foram bem prestativos pois pode se vivenciar a realidade e o cotidiano escolar, a equipe foi muito acolhedora contribuído com o necessário.

Diante desta realidade foi observado que as situações em sala de aula proporcionaram um novo olhar a cada um de nós, de modo que os problemas podem ser resolvidos no ambiente escolar, pois alguns alunos necessitam de um olhar especial e mais acompanhamento da família no meio educacional, devemos sempre criar alternativa e proporciona um ambiente de aprendizagem para que possamos atingir os nossos objetivos.

É notório que para se ter uma boa prática é necessária que o professor mantenha sempre se atualizado, pesquisando, estudando, pois os alunos precisam de soluções para os problemas dos ensinos atuais, no período de realização do estágio foram momentos, ricos e importantes vivenciados em um contexto na sala de aula, fazendo uma relação dialética entre a teoria e a prática. O estabelecimento possibilitou refletir sobre situações e na como atuação de pedagogo.

Também durante a construção deste trabalho na pesquisa de campo, foram desenvolvidas atividades dinâmicas e prazerosas, estimulado os pais a participarem mais no processo de ensino e aprendizagem através de atividades lúdicas, proporcionando aos pais diversas estratégias de educativas, algumas vezes desafiadoras, visando compreenderem melhor cada um, respeitando os limites. A experiência de estágio me fez crescer como educadora, contribuindo de forma reflexiva nas trocas de saberes, e possível desenvolver um trabalho de parceria, onde a educação possa ser mais significativa e contextualizada.

Numa abordagem crítico-superadora de ensino, é possível pensar nos jogos e nas brincadeiras enquanto conteúdos de ensino que possibilitam a valorização das experiências do aluno, a sua cultura e a construção do conhecimento a partir da relação com o meio, resolvendo problemas e promovendo descobertas com o apoio direto dos pais e/ou responsáveis. Sendo que cada ação educativa so terá êxito se os pais forem de fato amigos da escola, parceiros e contribuir com

acompanhamento direcionado no ensinar e aprender, a fim de alcançar resultados significativos.

De acordo com a realidade educacional cabe ao educador, reconhecer e valorizar as características dos alunos a fim de que haja direcionamento de atividades, sendo importante ressaltar que a família precisa estar em primeiro plano para que cada criança de fato consiga se desenvolver e o professor apresentar resultados favoráveis a todos.

Quando se fala em apresentar resultados favoráveis, aponta-se a aprendizagem da criança o conhecer as letras, posteriormente as sílabas e conseqüentemente as palavras, pois os pais e ou responsáveis ficam bem empolgados quando vê que a criança já conhece alguma coisa.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

ANDRADE, Marcia Siqueira de. Psicopedagogia Clínica Manual de aplicação Prática para Diagnóstico do Aprendizado. 1ª edição. São Paulo: Póluss Editorial, 1998.

BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei Federal Nº8069, de 13 de julho de 1990. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional–LDB. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1998.

BERQUÓ E CAVENAGHI. Arranjos familiares de crianças de camadas populares. Psicologia em Estudo, oito (especial), 2004.

CARTER, Betty; Mc GOLDRICK, Monica (col).As mudanças no ciclo de vida familiar – uma estrutura para a terapia familiar. In: CARTER, Betty; Mc GOLDRICK, Monica (orgs.), As mudanças no ciclo de vida familiar. 2 a ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CAETANO; Relações entre família escola e suas implicações de gênero. Cadernos de pesquisa, Campinas. 2004. 12.

CARTER, Betty; Mc GOLDRICK, Monica (col).As mudanças no ciclo de vida familiar – uma estrutura para a terapia familiar. In: CARTER, Betty; Mc GOLDRICK, Monica (orgs.), As mudanças no ciclo de vida familiar. 2 a ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DURHAM; A importância da participação dos pais na educação escolar. 1982. 32.

Dessen, M. A., & Braz, M. P..As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In M. A. Dessen & A. L. Costa Junior (Orgs.), A ciência do desenvolvimento humano: Tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed Editora S.A, 2005.

ESTEVE, Júlia Maria. Mudanças sociais e função do docente. In: NÓVOA, Antonio. Profissão Professor. Porto: Ed. Porto, 1995.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Silvio M. Introdução. In: KALOUSTIAN, Silvio M. (org.) Família brasileira, a base de tudo. 6ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, UNICEF, p. 11-15, 2004.

FONSECA; Philippe. História social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores 2011. 82

JOSÉ FILHO, Jaume Sarramoni. Educação na família e na escola. São Paulo: Loyola, 2006. 65.

KUHLMANN, JUNIOR,. A importância da participação dos pais na educação escolar. 1997. 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Faculdade de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

KNOBEL, M. Orientação Familiar. Campinas: Papirus Editora, 1996.

KRAMER, S. A infância e a sua singularidade. In: Ensino Fundamental de nove anos – Orientações para a inclusão de crianças de seis anos de idade. Brasília, MEC, 1992.

LIMA, Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2004.

MEDINA, Pedrinho A. O desafio dos limites. Um enfoque psicossocial na educação dos filhos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOREIRA; As regras do método sociológico. Trad. Maria Isaura P. Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002

MACHADO; Do global ao local: a política de participação da família e suas repercussões na gestão da unidade escolar. 1992. 62.

NEGRINE, Airton. Aprendizagem e desenvolvimento infantil. Porto Alegre, RS: Proil, 2001, P. 19.

PALMA E FILHO; Viver em família como experiência de cuidado mutuo: desafios de um mundo em mudança. São Paulo 2005. 66

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. Pais e Educadores: quem tem tempo de educar? Porto Alegre: Mediação, 2007.

PESTALOZZI e FROEBEL; Orientação familiar. Campinas: Papirus Editora 1996.

ROMANELLI; A relação família/escola: desafios e perspectivas 2 edição. Terra e Paz 1999. Pg. 144.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOUZA Neto, J. C.; SILVA, R.; MOURA, R. A. (Orgs.) Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora/FAPESP/UNESCO, 2009.

TIBA, Içami. Disciplina, Limite na medida certa. 41ª ed. São Paulo: Gente, 1996. 240p.

_____. Quem ama, educa. 2ª ed. São Paulo: Gente, 2002.

TIBA, Içami. *Disciplina: limite na medida certa*. 8. ed. São Paulo: Editora Gente, 2002.

TORO, Bernardo. O que os novos pensadores têm a ensinar. *Revista Nova Escola*. São Paulo: Agosto. Ano 17. n.154, agosto 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola*. 7. ed. São Paulo: Libertad, 1989.

WEIL, P. G. *A Criança, o lar e a escola – guia prático de relações humanas e psicológicas para pais e professores*. Petrópolis: Vozes, 1984.

WEIL, P. *A criança, o lar e a escola*. 21. ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 2000.

WEIL, P. G. *A Criança, o lar e a escola – guia prático de relações humanas e psicológicas para pais e professores*. Petrópolis: Vozes, 1984.